

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

Pietra Vignotto da Cunha

**MEMÓRIAS DE INFÂNCIAS TRANS: REFLEXÕES À LUZ DA
NECROPOLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE**

SÃO PAULO

2024

Pietra Vignotto da Cunha

**MEMÓRIAS DE INFÂNCIAS TRANS: REFLEXÕES À LUZ DA
NECROPOLÍTICA E INTERSECCIONALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como requisito
parcial para obtenção do título de
BACHAREL em Psicologia, sob orientação
da Prof^a. Doutora Flavia Arantes Hime

SÃO PAULO

2024

AGRADECIMENTOS

São muitos os nomes que me trouxeram até aqui. Das mais de 80 páginas deste longo e árduo trabalho, esta é a mais difícil: agradecer. Um autor, um livro, uma professora, uma universidade, um amigo, um programa social, uma família, uma pessoa desconhecida que desistiu de uma vaga neste curso, nesta faculdade, nesta cidade e neste determinado ano para que eu pudesse entrar. Não há início, sequer fim. Esta página, que provavelmente não será lida (sei que pulamos direto para os capítulos principais), me parece importante e pequena demais para mensurar tanto.

No entanto, sinto que não posso deixar de agradecer e mencionar diretamente a Carla, minha orientadora de Iniciação Científica, por aceitar começar do zero um projeto que só fazia sentido na minha cabeça. Uma vez, Carla disse que conhecimento é poder e tudo que ensinou a partir de então me transformou completamente. Da mesma forma, agradeço imensamente a Flavia, por orientar de verdade este trabalho, sempre com carinho e disposição.

Agradeço à minha família, especialmente ao apoio, paciência e afeto da minha mãe e à gentileza e otimismo do meu pai. Ao ProUni, por tornar isso possível. Aos meus amigos incríveis, que são os melhores do mundo. À Bruna, por acreditar em mim quando nem eu mesma conseguia. À Anna, por todo o amor. Às discussões nos bares. Às partidas de Uno entre as aulas. Aos encontros com professores admiráveis que me inspiraram sobre qual caminho seguir. À minha psicóloga. Às crônicas do Preciado. Às reclamações conjuntas nos corredores. Às músicas. Aos romances que me falaram sobre fome. Aos que já se foram, mas vivem sempre comigo. Aos estágios bons e aos ruins. Às risadas e às lágrimas. Às minhas crianças, especialmente Felipe e Fred, que me ensinaram não só sobre psicologia, mas sobre amor.

Por fim, e provavelmente mais importante: a todas as pessoas que tiraram um tempo de sua rotina para responder ao formulário, sem receio de se demorar nos detalhes - esta pesquisa jamais seria possível sem vocês. Espero ter feito bom proveito de tantas histórias, lutando para que daqui a alguns (poucos) anos o preconceito suma do nosso vocabulário e vidas. Este trabalho é por e para vocês.

Para você.

Ps. Sim, você.

“o que chamamos de subjetividade não é nada mais que a cicatriz deixada pelo corte na multiplicidade do que poderíamos ter sido”

Paul Preciado

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar como se dá o imaginário científico e social acerca das infâncias trans, identificando e historicizando instituições sociopolíticas responsáveis pela produção e manutenção dos modos de operação da gestão de morte (física e simbólica) de dissidentes da cisnormatividade, descrevendo especificamente a relação entre necropolítica e corpos de crianças trans à luz da interseccionalidade. Para tal, foi adotada uma metodologia mista, composta pela revisão crítica da literatura e por histórias contadas por 255 pessoas trans de todo o Brasil, coletadas por meio de um questionário online. A partir de uma abordagem crítica e ética, discute-se abordagens despatologizantes que levam em conta as três "esferas de reconhecimento" elaboradas por Honneth (2009). Os resultados apontam para a existência de uma necropolítica trans ministrada por diversas instituições e forças discursivas que visa a manutenção da cisnormatividade, aniquilando expressões de gênero não normativas desde a infância. Na amostra, as principais análises indicam a família e a escola como esferas primárias de discriminação; dificuldade em nomear a experiência trans devido à falta de referências, gerando um sentimento de angústia e inadequação, e, por fim, impactos negativos na saúde mental e suas diversas nuances decorrentes de violências verbais e físicas motivadas pela transfobia. Frente a esse cenário, práticas emancipatórias e contra-hegemônicas foram levantadas visando os benefícios das redes de apoio, figuras de identificação e políticas públicas, bem como a desnaturalização dos gêneros como fenômenos puramente biológicos.

Palavras-chave: Trans. Infância. Adolescência. Necropolítica. Interseccionalidade.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the scientific and social imaginary surrounding trans childhoods, identifying and historicizing the sociopolitical institutions responsible for the production and maintenance of the modes of operation in the management of death (both physical and symbolic) of cisnormativity dissidents. Specifically, it describes the relationship between necropolitics and the bodies of trans children through the lens of intersectionality. To achieve this, a mixed methodology was adopted, comprising a critical review of the literature and narratives collected from 255 trans individuals from across Brazil through an online questionnaire. Using a critical and ethical approach, the study discusses depathologizing approaches that consider the three "spheres of recognition" formulated by Honneth (2009). The results point to the existence of a trans necropolitics administered by various institutions and discursive forces aimed at maintaining cisnormativity by annihilating non-normative gender expressions from childhood. The main analyses indicate the family and school as primary spheres of discrimination; difficulties in naming the trans experience due to a lack of references, generating feelings of anguish and inadequacy; and, finally, negative impacts on mental health and its various nuances stemming from verbal and physical violence motivated by transphobia. In light of this scenario, emancipatory and counter-hegemonic practices were identified, highlighting the benefits of support networks, role models, and public policies, as well as the denaturalization of genders as purely biological phenomena.

Keywords: Trans. Childhood. Adolescence. Necropolitics. Intersectionality.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	MÉTODO	10
3.	REVISÃO CRÍTICA DA BIBLIOGRAFIA.....	12
3.1	Pessoas trans: uma breve história	12
3.2	As infâncias e adolescências trans	19
3.3	Necropolítica trans no Brasil: agentes e modos de operação	29
3.4	A luta por reconhecimento	35
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1	Instrumento e perfil da amostra	41
4.2	As experiências trans: um debate sobre a naturalização de discursos e práticas cisnormativas.....	44
4.3	As primeiras violências e o poder da tríade família, escola e religião .	52
4.4	Implicações sociais e psicológicas da transfobia.....	58
5.	INTERSECCIONALIDADE E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS	66
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS.....	74
	ANEXO.....	80
A.	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	80
	APÊNDICE.....	85
A.	Instrumento (Formulário Online).....	85

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma ampliação da pesquisa de Iniciação Científica “Infância e Adolescência Trans¹. Reflexões psicossociais sobre sua abordagem” desenvolvida entre 2022 e 2023 pela aluna-pesquisadora Pietra Vignotto da Cunha sob orientação da Prof^a Dr^a Carla Cristina Garcia na Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

O objetivo deste trabalho é analisar o que revela o imaginário científico e social acerca da infância e especialmente das crianças trans, identificando e historicizando instituições sociopolíticas responsáveis pela produção e manutenção dos modos de operação da gestão de morte (física e simbólica) de dissidentes da cisnormatividade, descrevendo especificamente a relação entre necropolítica e corpos trans jovens à luz da interseccionalidade.

Estes aspectos são pouco considerados na perspectiva médica, que tem mantido em muitos casos conceitos e atitudes patologizantes, principalmente no que concerne às crianças e adolescentes. A partir de uma abordagem crítica e ética, se propõe discutir abordagens despatologizantes que levem em conta as três "esferas de reconhecimento" elaboradas por Honneth (2009), a saber: “reconhecimento emocional”, concretizado em ser aceito como se é, ou seja reconhecer a criança e o adolescente em sua individualidade, em seu contexto pessoal e social; "reconhecimento legal", especificado em ser sujeito de direitos e deveres, gerador de autorrespeito e “reconhecimento social”, que se concretiza no reconhecimento das contribuições positivas dos sujeito.

Para isso, adotou-se uma metodologia mista (que será explorada com mais ênfase no capítulo seguinte), composta por uma revisão crítica da bibliografia acerca do tema de crianças trans no Brasil, bem como um trabalho de campo, por meio de coleta de dados. Em função da escassa produção científica sobre a temática, carente sobretudo de narrativas das próprias pessoas trans, pensou-se que as ouvir seria o complemento ideal e necessário ao trabalho teórico.

Assim, procurou-se analisar o estado da arte e as experiências particulares e

¹ Ao longo de toda a pesquisa utiliza-se o termo trans, com a intenção de abranger todas as pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele atribuído no nascimento ou que expressam sua identidade de gênero de forma não normativa, portanto este termo inclui transexuais, transgêneros, travestis, não binários, intersexo e *genderqueers*.

semelhantes dos(as/es) participantes, relacionando os conteúdos a fim de construir uma compreensão interseccional e abrangente acerca da temática.

Nesse sentido, realizou-se um levantamento bibliográfico nas áreas da história, psicologia social, pedagogia, sociologia e educação que contemplassem a questão. Dessa forma, levantou-se produções brasileiras realizadas nos últimos cinco anos tais como artigos, teses, livros, entrevistas e periódicos.

A revisão crítica da bibliografia foi dividida em quatro capítulos: o primeiro “pessoas trans: uma breve história” introduz a problemática apontando o local social em que as pessoas trans foram colocadas historicamente, bem como de qual maneira as noções de gênero apareceram. Em seguida, “as infâncias e adolescências trans” trata das especificidades da experiência e compreensão trans quando se trata de menores de idade, incluindo as posturas sociais, médicas e legais acerca desta. Já “necropolítica trans no Brasil: principais agentes e modos de operação” traz, de maneira enfática, as diferentes formas de aniquilamento do outro, incluindo violências físicas e simbólicas direcionadas à população trans e também negra e periférica do país. Por fim, “a luta por reconhecimento” aborda a teoria de Honneth (2009) sobre o reconhecimento recíproco, analisando como este é, ou não, presente na vida de pessoas trans.

Já a segunda seção conta com os resultados e discussão dos dados obtidos pela amostra composta por 255 pessoas trans de todo o Brasil, que para uma melhor compreensão foram divididos em quatro capítulos: instrumento e perfil da amostra, as experiências trans: um debate sobre a naturalização de discursos e práticas cisnormativas, as primeiras violências e o poder da tríade família, escola e religião e implicações sociais e psicológicas da transfobia.

Com eles, busca-se articulações entre a literatura e a amostra, aprofundamento das discussões teóricas com base nos dados e uma tentativa de transformar os aspectos que se repetem em uma compreensão abrangente e cronológica sobre o processo de se descobrir e afirmar trans, sempre respeitando a singularidade de cada história. Noções como ideologia dominante (Thompson, 2011), violência estrutural (Galtung, 1969), reconhecimento recíproco (Honneth, 2009), mentalidade higiênica (Costa, 1979) e (des)naturalização de dinâmicas familiares (Badinter, 1985) permeiam a discussão.

Em seguida, a última seção nomeada “Interseccionalidade e práticas

emancipatórias” traz à luz ações contra-hegemônicas, visando o fim da cis-heteronormatividade, sobretudo em instituições que a legitimam formalmente e explicitamente. Adota-se como ponto de partida a necessidade de desnaturalizar as desigualdades e relações de poder e dominação implementadas pelo capitalismo. Por fim, fechando o estudo virão as Considerações Finais, reunindo os principais pontos construídos.

2. MÉTODO

A pesquisa adotou a metodologia mista, composta de informações de cunho qualitativo e quantitativo. O uso mesclado dos modelos quali e quanti atribui ao conteúdo da pesquisa uma complementação que ultrapassa o limite de cada um separadamente, permitindo a combinação de ambas em diferentes momentos para validar as evidências e produzir conteúdo (Godoy, 1995).

Assim, na primeira parte da pesquisa foi realizada uma revisão crítica da bibliografia disponível sobre a temática, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como história, psicologia social, pedagogia, sociologia e educação, que contemplassem a questão. O foco foi em produções brasileiras dos últimos cinco anos, como artigos, teses, livros, entrevistas e periódicos, de forma a obter uma visão atualizada, territorializada e relevante sobre o assunto.

A fim de construir um estudo mais abrangente, a segunda parte da pesquisa conta com dados obtidos a partir de um questionário online realizado através da plataforma Google Forms destinado exclusivamente àqueles que se identificam como trans, com idade igual ou superior a 18 anos. O formulário foi construído a partir das constatações teóricas, buscando uma análise integral e plural da temática sabendo que esta é pouco explorada social e cientificamente, ainda carente de especificidades. Assim, investiga-se mais do que as notícias transmitem, saindo da manchete “o Brasil é o país que mais mata pessoas trans” para, finalmente, poder nomear quem são os responsáveis por esses assassinatos e quem são essas vítimas.

Mais que isso, ao tratar de necropolítica ,também considerando o sentido simbólico da morte, pode-se identificar nos relatos das experiências trans os discursos mortíferos e seus reprodutores - assim como as consequências destes para os sujeitos. Para isso, o questionário foi organizado buscando: a) perfil socioeconômico e cultural do(a/e) participante; b) qual compreensão sobre pessoas trans seus cuidadores e rede próxima tinham; c) como foi o processo de se perceber trans; d) quais discriminações foram sofridas e e) quais os impactos sociais e psíquicos da transfobia.

Para tal, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética da PUCSP e aprovado sob o parecer de número 6.800.517. Sabendo que as informações a serem obtidas envolvem um elevado grau de intimidade, todas as questões éticas

contempladas pela Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 complementada pela 510/2016 foram consideradas e atendidas a fim de minimizar ou anular os riscos envolvidos em pesquisas com seres humanos. Nesse sentido, os critérios da autonomia, beneficência, não-maleficência, justiça, privacidade e confidencialidade permeiam todo o trabalho.

Assim, o formulário conta com um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A) contendo as informações éticas, seguido por questões fechadas que buscam compreender o perfil socioeconômico do(a/e) participante, composto por questões sobre a identidade de gênero, autodeclaração racial, onde reside, idade, orientação sexual, escolaridade, vínculo trabalhista e renda.

A seção posterior conta com questões abertas e fechadas sobre a experiência daquele indivíduo, voltadas para a temática trans, sua perspectiva e rede de apoio, bem como as áreas afetadas ao longo da vida, partindo das esferas mencionadas por Honneth (2009). Ainda, abriu-se espaço para sugestões, críticas ou comentários. Por fim, a última parte deixa livre para que o(a/e) participante compartilhe seu contato caso deseje participar de uma possível entrevista consequente ao formulário, que no entanto, não se tornou necessária, já que o material colhido pelo formulário mostrou-se suficiente para as análises.

3. REVISÃO CRÍTICA DA BIBLIOGRAFIA

3.1 Pessoas trans: uma breve história

Como já citado, a presente pesquisa usará o termo “pessoas trans” no intuito de englobar toda pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele atribuído no nascimento ou que expressa sua identidade de gênero de forma não normativa, incluindo, portanto, transexuais, transgêneros, travestis, não binários e *genderqueers*. Adotou-se a noção de Bento (2008) que compreende a transexualidade como uma experiência identitária, marcada pelo conflito com as normas de gênero.

Ainda, é proposto estudar a transgeneridade na infância e adolescência, empregando a compreensão da legislação brasileira sobre estas fases, que entende crianças como aquelas com até 12 anos incompletos e adolescentes como aqueles entre 12 e 18 anos de idade.

Atualmente, predomina no ocidente um sistema binário dos sexos (vagina-mulher-feminino *versus* pênis-homem-masculino), que cria e mantém a noção de que o gênero reflete o sexo na constituição do sujeito, caracterizando uma determinação onde “a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais” (Bento, 2008, p. 17).

No entanto, é preciso frisar que a própria compreensão binária foi construída historicamente. O que hoje nomeamos como transexualidade pode ser observado no passado em mitos, em arquivos religiosos ou mesmo na história de Charles D'Eon/Madame Beaumont no século XV na França, um/a espadachim a serviço do Rei, que acreditavam ser uma mulher que eventualmente se vestia de homem, gerando dúvidas públicas sobre seu sexo (Marcos, Da Silva Moreira, 2019). Tais registros evidenciam como as noções de masculino/feminino não estavam condicionadas unicamente ao sexo biológico, restando-nos buscar entender como o sistema binário ganhou força e relevância nos papéis sociais.

Até o século XVII dominava entre os anatomistas o isomorfismo, que acreditava na existência de um corpo e pelo menos dois gêneros. Segundo essa proposta

o útero era o escroto feminino; os ovários, os testículos; a vulva, um prepúcio; e a vagina, um pênis invertido. A mulher, por ser fisiologicamente um homem invertido, carregava dentro de si tudo o que o homem trazia exposto (Bento, 2008, p. 26).

Desse modo acreditava-se ser possível uma menina tornar-se um menino, como o caso da Marie Garnier que na adolescência, após movimentos rápidos, rompeu os ligamentos internos que prendiam a genitália masculina, passando, assim, a se chamar Germain e tornar-se um menino - evento este definido por médicos da época como “nada extraordinário” (Ibid.).

Acreditava-se que a diferença entre os sexos era marcada pelo calor corporal, sendo o homem detentor de um calor vital maior por gerar a vida e a mulher o ser menos quente, responsável por guardar a semente fabricada pelo calor masculino. Portanto, no isomorfismo a genitália era um fundamento insuficiente para posicionar os sujeitos na ordem social.

Já na segunda metade do século XVIII, graças à apropriação dos discursos científicos sobre as distinções biológicas entre homens e mulheres, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos que não eram consideradas até então se tornaram politicamente importantes de diferenciar-se (Ibid., p. 25).

No século XIX ganha força o dimorfismo sexual, que propõe que a organização social deveria ser orientada pela natureza, capturando campos e marcando-os pela diferença sexual - como a sexualidade, performances e identidades de gênero e a própria subjetividade (Ibid.).

É a partir da radical oposição dos sexos e seus respectivos papéis que a transexualidade passa a ser uma reivindicação ousada que põe em conflito os limites entre masculino e feminino. Como consequência, os transexuais “podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência” (Ibid., p. 22) já que diversos campos científicos passaram a considerar o transexual como doente.

O termo “transexualismo” foi criado em 1953 pelo médico Harry Benjamin, para definir um distúrbio psíquico da identidade sexual, marcado pela crença inabalável do sujeito de pertencer ao sexo oposto (Marcos, Da Silva Moreira, 2019). A abordagem de Benjamin baseava-se no fato de que a mente do transexual não pode se ajustar ao corpo, por isso é lógico e justificável tentar o contrário: ajustar o corpo à mente (Benjamin, 1966), estabelecendo, assim, diretrizes para a assistência médica à transexualidade, defendendo tratamentos e intervenções hormonais e cirurgia de redesignação sexual. Antes dos trabalhos de Benjamin, a solução hormonal e cirúrgica

para a transexualidade era desprezada e a maioria dos profissionais preferia a utilização de uma abordagem psicoterapêutica para redirecionar os desejos do paciente.

Em 1980, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) incluiu na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) uma seção sobre distúrbios de identidade de gênero, na qual incluía a transexualidade, nomeada como Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). No mesmo ano, a homossexualidade foi retirada do DSM, deixando de pertencer à categoria de doença mental (De Oliveira Preu; Brito, 2019).

A introdução da transexualidade no manual se deve, sobretudo, à pressão exercida pela Associação Harry Benjamin sobre a Transexualidade, hoje denominada "The World Professional Association for Transgender Health" (WPATH), que visava, a partir do enquadramento de "transtorno", viabilizar novos caminhos assistenciais, facilitando o acesso a tratamentos hormonais e cirúrgicos e que estes fossem assumidos por seguradoras privadas ou pelo sistema público de saúde.

A atual versão do DSM-V mudou o nome do diagnóstico de "Transtorno de Identidade de Gênero" (presente nas duas versões anteriores) para "disforia de gênero", a fim de equilibrar duas questões importantes: por um lado, manter o acesso aos cuidados de saúde e, por outro, reduzir o estigma associado à procura de cuidados de saúde mental (Suess-Schwend, 2017).

Assim, a mudança de nomenclatura se deve também à crítica ao diagnóstico e pela pressão dos grupos LGTBQIA+², cada vez em maior número e com maior pressão social e política que postulam que a transexualidade não é um transtorno mental, e que esse diagnóstico é estigmatizante e por isso exigem sua retirada das classificações psiquiátricas. Em resposta a essas alegações, e apesar de se exigir o diagnóstico das classificações (como já acontecia com a homossexualidade no DSM-III), foi proposto pela APA o termo "disforia de gênero". Esse termo reflete uma mudança na conceituação das características definidoras do transtorno, enfatizando o fenômeno da "incongruência de gênero".

Entretanto, essa situação não se corrige propondo uma simples mudança de

² Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexuais e Assexuais, sendo o sinal "+" utilizado para contemplar todas as outras identidades e sexualidades dissidentes e não normativas.

nome, mas sim através de um processo de "ressemantização" crítica, de denúncia e desconstrução desses conceitos. Não se deve ignorar o fato de que a linguagem não apenas descreve o mundo, mas também o cria.

A partir dessa mudança, disforia de gênero passa a ser definida pelo DSM-V como uma "incongruência entre o sexo que se sente ou expressa e aquele que lhe é atribuído" e que está associada a um "desconforto clinicamente significativo ou deterioração na esfera social, escolar ou outras áreas importantes de funcionamento" (American Psychiatric Association, 2014).

No entanto, em tal definição, assim como nas descrições de denominações anteriores, o diagnóstico não pergunta se as normas de gênero estão erradas. A disforia é entendida como inerente à experiência transexual, e tem como consequência um questionamento do indivíduo, que sofreria de um transtorno, ao invés de questionar a matriz normativa em que está imerso e que funciona por meio da exclusão e coerção das pessoas que saem da norma (Butler, 2018).

Já a nova versão do Código Internacional de Doenças (CID-11) adota a nomeação "incongruência de gênero" e retira a categoria do capítulo "transtornos mentais e comportamentais", deslocando-a para um código relacionado aos cuidados de saúde trans específicos em um novo capítulo denominado "Condições relacionadas à saúde sexual", de modo a garantir o melhor atendimento à saúde e ao bem-estar dessas pessoas (Drescher; Cohen-Kettenis; Reed, 2016).

Entretanto, quando essa mudança foi anunciada surgiram diversas críticas entre pessoas trans, ativistas, acadêmicos e especialistas, uma vez que alguns acreditavam que a patologização ainda estava presente, já que a experiência trans continuava categorizada no CID; por outro lado, havia também a crença de que a mudança foi uma vitória significativa, pois "ainda que não se tratasse de uma despatologização de fato, ela possibilitava superar o estigma de doença mental e garantir o direito a atendimento médico em países com sistemas públicos de saúde" (Costa Novo, 2021, p. 323).

A tabela desenvolvida pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mostra como a transexualidade é abordada e classificada em diferentes versões do DSM, Classificação Internacional de Doenças (CID), Conselho Federal de Medicina e de Psicologia, ajudando-nos a visualizar o que foi exposto até então:

DSM Associação Norte- Americana de Psiquiatria	DSM-III N: 302.60	<i>Desordens psicosexuais</i> Desordem de identidade de gênero na infância	1980
	DSM-III R N: 302.60	<i>Desordens da identidade de gênero</i> Desordem de identidade de gênero na infância	1987
	DSM-IV N: 302.xx	<i>Desordem de identidade sexual e de gênero</i> Desordem de identidade de gênero em crianças	1994
	DSM-IV TR N: 302.xx	<i>Desordem de identidade sexual e de gênero</i> Desordem de identidade de gênero em crianças	2000
	DSM-V N: 302.6	<i>Disforia de gênero</i> Disforia de gênero na infância	2013
CID Organização Mundial de Saúde	CID - 09 N: 302.6	<i>Transtornos neuróticos, da personalidade e outros não-psicóticos</i> Transtorno da identidade psicosexual	1976
	CID - 10 N: F.64.2	<i>Transtorno de identidade de gênero</i> Transtorno de identidade de gênero na infância	1990
	CID - 11 N: HA61	<i>Condições Relacionadas à Saúde Sexual</i> Incongruência de gênero na infância	2019
CFM Conselho Federal de Medicina	Resolução nº 1.482	Publicada no D.O.U., sobre a viabilidade técnica para cirurgias de neocolpovulvoplastia e ou neofaloplastia	1997
	Resolução nº 1.652	Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97	2002
	Resolução nº 1.955	Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02	2010
	Portaria nº 859	Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS	2013
	Resolução nº 2.265	Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a 1.955/2010	2019
CFP Conselho Federal de Psicologia	CRPRS APA	Diretrizes para práticas psicológicas com pessoas trans e em não conformidade de gênero	2015
	Conselho Federal de Psicologia Resolução nº 01/2018	Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis	2018
	Fórum sobre medicalização GT Educação e Saúde	Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde	2020
	CREPOP Atuação de psicólogas(os) em políticas públicas para população LGBTI+	Reflexões sobre as identidades trans na infância	2022

Fonte: Nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico. Brasil: Antra (2023).

Portanto, observa-se que a classificação em manuais médicos segue sendo um tema complexo e controverso, pois ao passo em que continua gerando estigmas, também assegura direitos e atendimentos especializados. Fica evidente que a noção

de desvio só existe a partir da criação de uma norma. A intensa discriminação e patologização da transexualidade só pôde ser construída com a apropriação de discursos médico-estatais acerca desta, juntamente com diferentes dispositivos de poder que garantem a gestão e manutenção de um ideal supostamente normal e natural, além de moral e saudável.

Vale lembrar que mesmo com a despatologização da homossexualidade, ainda impera um regime social marcado pela heteronormatividade, que pode ser entendida como um conjunto de instituições, estruturas e formas de pensar que tornam a vida heterossexual (ou seja, de pessoas que se atraem por outras do sexo oposto ao seu) coerente e privilegiada.

Com o mesmo raciocínio, há a cisnormatividade, responsável por ditar socialmente que pessoas cisgêneras, ou seja, aquelas que se identificam com o gênero e sexo atribuídos ao nascimento, são as “normais”, anormalizando e inferiorizando as demais expressões de gênero. Unindo ambos os termos se tem a cisheteronormatividade, marcada por estandardizar como norma tanto a cisgeneridade quanto a heterossexualidade.

Dessa forma, aqueles que expressam sua sexualidade ou gênero fora da cisheteronormatividade sofrem violências decorrentes de diversas instituições. Como consequência deste regime, vários estudos evidenciam como a população LGBTQIA+ apresenta índices negativos em relação a saúde mental, com maior recorrência de ansiedade, depressão e suicídio.

Um deles (Bernardo et al, 2020) aponta que jovens dissidentes sexuais referem sentimento de insegurança (63%), tristeza e desesperança (60-63%). Além disso, 43% deles apresentam índices elevados de ideações suicidas, enquanto este número chega a 50% quando tratado de jovens transexuais. Já quando realizado um recorte de gênero, tem-se que tanto os homens (48%) quanto as mulheres (69%) da comunidade LGBTQIA+ mostraram uma propensão maior ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, distúrbios de humor e abuso de substâncias.

Quando se investiga variáveis relacionadas, tem-se que

Alguns fatores foram associados a esses coeficientes relativos ao comprometimento da saúde mental, como rejeição familiar, estigma social e *bullying*. Atribuídos conjuntamente à intimidação e preconceito aos jovens cujo comportamento não se encaixa nos padrões sociais de conformidade de gênero, que valorizam a dicotomia das figuras paralelas feminina e masculina,

no contexto da heterossexualidade. Dependência financeira e necessidade de conviver com a rejeição acabam por desencadear ainda mais estresse e sintomas de ansiedade, que conferem um processo deletério ao psicológico do grupo LGBTQ+, perdurando a longo prazo (Ibid. p. 2).

Assim, a transgeneridade, longe de ser algo abominável ou abjeto, revela mais uma expressão da diversidade humana. Por essas razões, os estudos devem se concentrar não no indivíduo (que é diagnosticado e patologizado), mas nos dispositivos de controle que exercem violência contra pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não normativa questiona o sistema binário de gênero (Gabaldón, 2016).

Tais dispositivos agem, muitas vezes, silenciosamente e implicitamente. No Brasil, não há uma proibição legal ou diretrizes oficiais que determinem o estabelecimento de comportamentos transfóbicos aos cidadãos. No entanto, a própria força discursiva mantém leis sociais ao longo da história, mesmo que o conteúdo não seja de ordem científica. O discurso inclui tanto o dito quanto o não-dito, uma vez que o controle permeia aquilo que se pode ou não expressar. Na esfera das sexualidades, é isso que Foucault nomeia como polícia de sexo, definida como “a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (Foucault, 1997, p. 28). Assim

O próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores não constitui propriamente o limite absoluto do discurso, ou seja, a outra face de que estaria além de uma fronteira rigorosa mas, sobretudo, os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias de conjunto. Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (Ibid. p. 28).

Durante séculos, o próprio cristianismo aliado a instituições como a medicina, direito, educação e a família que sustentam a visão cisheteronormativa, foi responsável pela aversão a homossexuais e transexuais, classificando-os como pecadores da ordem divina. Isso porque, na perspectiva cristã, homens e mulheres são figuras complementares com naturezas distintas e próprias. Mesmo atualmente,

Com um discurso renovado em sua forma, mas veiculando a mesma ideologia essencialista, a doutrina católica permanece fiel ao princípio da

autoridade e confirma sua vocação tradicionalista. [...] tais atos (*homossexuais*) opõem-se à vontade divina, que, ao criar-nos homens e mulheres, atribuiu uma posição preeminente, no âmago dessa ordem, à heterossexualidade (Borrillo, 2010, p. 61).

Como já exposto, essas ideias ganham ainda mais força e importância quando passam a ser validadas também pelo discurso médico, que mesmo após a despatologização da transexualidade deixou marcas significativas na consolidação do preconceito e estigma.

Assim, diversos discursos vão solidificando ideologias que vão posicionando a pessoa trans como doente na narrativa médica, como pecadora na narrativa religiosa, como anormal no discurso amoroso e como espetáculo no discurso midiático (Denardin, 2019).

3.2 As infâncias e adolescências trans

Antes de pensar sobre a experiência trans na infância e adolescência faz-se necessário recapitular como a própria noção de infância foi construída e de como as crianças passaram de “pequenos adultos” para uma nova categoria socialmente reconhecida (Ariès, 1981).

Embora certamente sempre tenha existido crianças em toda a história, a noção de infância enquanto categoria social surgiu apenas na Modernidade no Ocidente, mudando a significação cultural e subjetiva atribuídas a elas. Nesse sentido, Ramos (2013) organiza as imagens pré-sociológicas da infância a partir de estudos clássicos ingleses realizados por James, Jenks e Prout (2007) influenciados pela filosofia, psicologia do desenvolvimento e psicanálise.

A primeira delas é a criança má, difundida por Thomas Hobbes como aquela fruto do “pecado original” e, conseqüentemente, dominada pelo instinto e não pela razão, em que “maldade, corrupção e infâmia são elementos primários da constituição das crianças” tendo, portanto, que evitar más companhias e maus hábitos. Em contrapartida, surge a criança inocente, propagada pelo pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau, em que a criança é compreendida como essencialmente pura e bondosa, carecendo apenas de razão, precisando então de uma educação que a torne em um sujeito completo e racional - ainda íntegro quanto a sua pureza (Ramos, 2013).

Ainda, há a criança imanente, ou seja, aquela vazia que se desenvolve por meio do contato com o mundo, nomeada por John Locke como “tábula rasa”, que seria modelada pelas experiências e pelo ambiente - o que influencia mais tarde teorias da análise do comportamento. Posteriormente, a psicologia do desenvolvimento fundamentada sobretudo por Jean Piaget cria a noção da criança naturalmente desenvolvida, demarcando uma criança universal, natural e condicionada ao seu processo de maturação.

Por fim, tem-se a criança inconsciente, surgida a partir de estudos realizados por Sigmund Freud (1905), que a localiza como possuidora de desejos sexuais (incluindo aqueles de caráter incestuoso), gerando reviravoltas no modo de compreender as crianças ao assumir a existência de uma sexualidade infantil. Sendo que para a teoria psicanalítica, a infância e o desenvolvimento psicosssexual são essenciais para compreender os comportamentos que levam o indivíduo a procurar análise na fase adulta.

Tais imagens, propagadas em diferentes períodos históricos até a atualidade:

colocaram em circulação uma representação ‘irreal’ e idealizada de criança [...] que, ao não levarem em consideração as próprias crianças enquanto agentes sociais ativos e se formarem de modo completamente destacado de suas condições reais de vida, surgem como categorias abstratas, respondendo apenas às exigências interpretativas da sociedade adulta (Ramos, 2013, p. 4)

Assim, é possível dizer que impera uma concepção adultocêntrica derivada do adultocentrismo, que posiciona os adultos no topo e centro das relações socioculturais - sendo eles aqueles que detêm o controle e poder sobre a criança. Nessa perspectiva, as crianças são estudadas a partir do entendimento e das expectativas destes (Fazzioni; Marques, 2022).

Dessa forma, cria-se então comportamentos socioculturais voltados para as crianças, de tal forma que

inscritos nos corpos das crianças, idade e sexo se fazem notoriamente visíveis e se constituem como marcas identitárias que impulsionarão todo um conjunto de investimentos culturais que buscarão fixar e subjetivar as identidades infantis (Ramos, 2013, p. 13).

No Brasil, a infância ganha um novo olhar a partir do movimento higienista no século XIX que, com a premissa de erradicar doenças e epidemias, uniu saberes

médicos e estatais, que passaram a disseminar novas normas que alteraram não só os hábitos individuais ditos higiênicos em si, mas sim comportamentos que tangiam a esfera moral, sexual e social. Assim, diante dessa nova ordem médico-estatal que se apossava da sociedade brasileira, as noções de sexualidade e o papel de homens e mulheres se alterou drasticamente.

A higiene ditava uma nova configuração de premissas e crenças para o casamento que, primordialmente, dirigia-se em prol do que passaria a ser o principal alvo dessa perspectiva: a família nuclear aburguesada, sendo que esta voltava-se e comportava-se em função da criação dos futuros filhos. Dessa forma essa educação voltada para as crianças serviu de intermédio para os indivíduos aprenderem a cultivar o gosto pela saúde, eliminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais (Costa, 1979).

Tais pressupostos higienistas sobre a família estão assentadas na “correta” educação dos filhos visando que as crianças cumpram binariamente seus papéis sociais, de acordo com o sexo designado ao nascer. Dessa forma, a partir de explicações legitimadas pelo discurso científico, existiria uma natureza inerente a homens e mulheres voltada para a finalidade última destes: se tornar mãe e pai. Logo, todos aqueles que negavam sua disposição inata tornavam-se alvo de repressões: por isso, neste período surgiram comportamentos preventivos à homossexualidade, já que “o homossexual era execrado porque sua existência negava diretamente a função paterna, supostamente universal na natureza do homem” (Ibid., p. 247-8).

Assim, somente através de uma “boa educação”, como nas noções rousseauianas, meninos e meninas seriam guiados para o pleno desenvolvimento de sua natureza. Tais discursos cristalizam noções biologizantes, essencialistas, binárias e cisheteronormativas que são facilmente observadas e reproduzidas até hoje, tanto na esfera social como científica.

Nesse sentido, Paiva e Nobre (2016) apontam para o fato de que a história do gênero e das sexualidades tem sido, majoritariamente, a história dos discursos acerca destas. De modo que, dentro de noções foucaultianas, as práticas discursivas expressam maneiras de saber-poder que não descobrem verdades, mas sim as produzem, forjando corpos a partir de sua interpelação.

Por isso, a experiência trans ganha ainda mais complexidade em quesitos legais, médicos e sociais quando vivenciada por crianças e adolescentes. A discussão

inicia-se na própria existência de “crianças trans”. Recentemente, em julho de 2023, a psicanalista Celina Luci Lazzari publicou na Revista Fórum uma matéria intitulada “‘Afirmar é negar’: o duplipensar do gênero”³, onde diz que

“Criança trans” NÃO existe enquanto uma categoria de crianças que estão no corpo errado. “Criança trans” existe enquanto um grupo de crianças cujos adultos assim as nomeiam. Então, em termos de “existir”, da mesma forma que podemos afirmar que crianças brancas e pretas existem, afirmo: não existe “criança trans” e não existe “criança cis”. Porque, diferente de uma questão de raça, que tem critérios materiais e históricos indissociáveis, criança “trans” nada mais é do que um rótulo que se coloca quando pessoas ao redor dessa criança leem seus comportamentos, suas preferências e suas falas como tendo alguma relação com “coisa de menino” e “coisa de menina”.

Embora Lazzari apresente argumentos e questionamentos coerentes sobre normatividade de comportamentos supostamente considerados ideais a certos sexos, afirmar que crianças trans e cis não existem pode parecer extremo. Conforme será abordada, a cisheteronormatividade é um dos fatores que fazem com que as experiências sejam limitadas desde a identificação do sexo do bebê.

Primeiramente, apesar de adultos nomearem o mundo, categorizando-o e descrevendo-o, não significa que o discurso anula as experiências diversas dos sujeitos. Na perspectiva da autora, crianças trans só existiriam em contextos em que a linguagem permitiria, marcando uma perspectiva puramente ambientalista, semelhante à compreensão de Locke sobre a infância. Resta-nos questionar: onde fica a autonomia da criança? Como se explicaria o fato de que Maria tenha questionado ainda nos primeiros anos de vida “Mãe, eu quero ser menino!” e “Mãe, me chama de Pedro?”, mesmo sem qualquer influência externa? (De Oliveira, 2018). É possível concordar que crianças cujos comportamentos fujam da cisnormatividade não sejam necessariamente trans, mas sim “transgressoras” de gênero. No entanto, se tal pensamento for levado à risca, em uma ideologia abolicionista de gênero, nem mesmo pessoas trans existiriam, como propõem alguns movimentos. Assim, o problema é a criança afirmar-se trans ou qualquer pessoa? Como a discussão seguiria se tratando de adultos?

O caso de Bruce Reimer pode ajudar a pensar nessa questão. Nascido em 1965 no Canadá, Bruce teve o seu pênis queimado durante uma circuncisão e com o

³ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/2023/7/10/afirmar-negar-duplipensar-do-gnero-por-celina-lucci-lazzari-139217.html>

consentimento dos pais, passou por uma cirurgia plástica que deixou seu órgão já mutilado com uma aparência do sexo feminino. Assim, os pais omitiram esse acontecimento e passaram a educar Bruce como uma menina, Brenda, adequando seu gênero ao novo sexo.

Na época, John Money, sexólogo neozelandês, inovou as noções de sexo-gênero ao propor ainda na década de 50 que haveria uma outra face da sexualidade associada aos modos de socialização e aprendizagem que se estabeleceria entre 2 e 4 anos de idade, considerando, assim, outras dimensões além do sexo biológico atribuído no nascimento (Costa-Val; Guerra, 2019). Money usou o caso de Brenda como experimento para comprovar sua teoria; como Brenda tinha um irmão gêmeo idêntico ele foi usado como principal variável de controle.

Assim, Money falhou ao tentar atestar que as diferenças comportamentais entre os sexos eram consequentes de aprendizagem, uma vez que Brenda nunca se identificou com o gênero feminino. Ainda na adolescência, Brenda apresentava intensos sofrimentos psíquicos decorrentes da sua inadequação e seus pais, contrariando a orientação inicial, contaram que ela havia nascido como um menino. Depois disso, Brenda decidiu se autoneamar David, vivendo como um homem. David chegou a casar-se com uma mulher, mas se suicidou aos 38 anos após lidar com a depressão, separação e a perda do irmão.

Dessa forma, o caso de Bruce/Brenda explicita que se a identidade de gênero dependesse unicamente do discurso que se tem acerca desta, se anularia a independência e autonomia do desejo - que em grande parte dos casos, é o que realmente impera na afirmação de gênero.

Na matéria, Lazzari (2023) ainda informa sobre casos em que a criança afirma estar no corpo errado ou rejeita seu órgão sexual

Uma criança que chega a esse ponto de querer se mutilar só indica o quanto esse duplipensar já está afetando nossos pequenos. Além disso, é grave que não se investigue fortemente sinais de abuso sexual em casos assim. Não é afirmativo dizer que uma criança nasceu no corpo errado. Não é cuidado dizer que ela precisa fazer modificações corporais e sociais para ajustar-se às expectativas sociais. Não se ensina aceitação ao dizer a uma criança que ela precisa "transicionar" para se sentir feliz. Isso só ensina a ela se odiar. Nenhuma criança nasceu no corpo errado, e adultos deveriam estar ensinando que elas são perfeitas do jeito que são.

Como veremos a seguir, não é sequer permitido em termos médicos e legais

que crianças realizem intervenções para a transição de gênero no Brasil. É de suma importância ressaltar também que o objetivo desta pesquisa não é reivindicar essas condições. Ao contrário, adotamos a compreensão dada pela nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans do ANTRA (2023) sobre o processo de transição, que consiste em

um conjunto de ações que visa contribuir para a criação de um ambiente social, familiar e político confortável e acolhedor para jovens e crianças trans, sobretudo na primeira infância, que vão desde simples adequações de nomes e pronomes, possibilidade de uma experimentação de vestimentas diversas, compromissos éticos-políticos da não imposição das normas de gênero até, sobretudo, a implementação de uma abordagem não patologizante dessas infâncias. Consideramos estes como uns dos principais passos a serem dados, no momento em que tais ajustes se tornam necessários tendo como referencial o desejo expresso da criança, podendo ser revisitados sempre que a mesma demonstrar necessidade.

Em quesitos biológicos, é certo que crianças ainda não possuem o pleno desenvolvimento de suas atividades cerebrais, que se maturam apenas na fase adulta. No entanto, essa informação é insuficiente para afirmar que crianças e adolescentes não sejam capazes de formar e diferenciar sua própria identidade, da mesma forma que são socialmente considerados aptos a escolherem qual rumo seguir quanto à faculdade, trabalho e relações afetivas.

Ainda, parece central na discussão o medo de que a criança, uma vez afirmada trans, possa se arrepender. Ora, qual seria o problema, então? Tentativa e erro é também uma forma de desenvolver-se saudavelmente. Como relata a mãe de uma criança trans, o importante no processo é incluir uma perspectiva que vá contra a violência, sem subjugar ou forçar, e sim “respeitar a Maria, respeitar o Pedro, para que eles possam ser um deles ou (por que não?), os dois” (De Oliveira, 2018, p. 83). Negar a existência de crianças trans é negar a possibilidade de crianças anunciarem suas vontades e serem legitimadas. Consequentemente, é negar também possibilidades de cuidado integral a essas crianças, impedindo-as de ter uma infância livre de preconceitos. É possível apoiar o fim da divisão binária dos papéis de gênero baseada nos sexos e ainda assim validar crianças dissidentes de gênero.

No Brasil, as normas para a atenção a menores de 16 anos só foram publicadas pelo CFM na recente Resolução n. 2.265 de 2019 (Conselho Federal de Medicina, 2020), proibindo a estes qualquer intervenção de terapias hormonais para transição

de gênero, responsáveis por induzir o desenvolvimento de características do gênero de identificação. Embora a modalidade de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) inclua atendimento especializado a adultos e adolescentes trans, as portarias que regulamentam o Processo Transexualizador ainda não se referem a qualquer forma de atendimento a crianças (Costa Novo, 2021).

Já o CID-11, ao referir-se a crianças e adolescentes trans, visa atendimentos e ações no melhor interesse do menor; nesse sentido, os profissionais de saúde atuariam como garantidores desses interesses relacionados à coação e violência recebida, tanto na escola quanto no âmbito familiar e social (Drescher; Cohen-Kettenis; Reed, 2016).

Historicamente, a sexualidade infantil aparece primeiramente em Freud (1905), que a entende como matriz do desenvolvimento psicossocial dos seres humanos. Já os estudos específicos sobre a transexualidade na psicanálise surgem em 1982 com o psiquiatra e psicanalista Robert J. Stoller em seu livro “A experiência transexual”. Para o autor, a transexualidade tem cunho sexual e se apresenta como um desvio de identidade, tendo como uma possível etiologia as influências familiares.

Nesse sentido, em termos dados pelo autor, a transexualidade masculina (referindo-se a pessoas do sexo masculino que se identificam com o gênero feminino) é entendida fundamentalmente como uma fixação na relação simbiótica primitiva com a mãe, enquanto a feminina (pessoas do sexo feminino que se identificam com o gênero masculino), embora menos estudada, poderia corresponder ao desejo infantil da menina de desempenhar o papel do pai e auxiliar a mãe (Marcos, Da Silva Moreira, 2019). Assim, Stoller

acredita que uma intervenção terapêutica, que ele nomeia como complexo de Édipo ‘terapeuticamente induzido’, no período edipiano, possa produzir fantasias edipianas capazes de mudar a orientação genérica para direção da masculinidade. (Ibid., p. 606).

Portanto, nessa concepção, a transexualidade era entendida como passível de ser revertida, prevenida e dependente de comportamentos e dinâmicas familiares - sobretudo dos pais.

No Brasil, a trans e a homossexualidade passaram a ser compreendidas de maneira semelhante desde o higienismo, que deixa marcas até hoje, fazendo-se possível observar crenças similares. Ribeiro de Oliveira (2018), uma pesquisadora e

mãe de uma criança trans, narra em seu artigo sua experiência na maternidade: aos cinco anos, seu filho que nascera com o sexo feminino, mas identificava-se como um menino, tinha se tornado mais tímido, agressivo, retraído e sem amigos após diversas tentativas de impor uma cisnormatividade. Em contrapartida, descreve sua posição como: “uma mãe perdida em meio a frustrações, medos e culpas. A culpa recaía no possível pai ausente, na escola ineficaz e na mãe de primeira viagem” (Ibid., p. 82).

As produções científicas acerca da transgeneridade em menores de idade, ainda são muito recentes e escassas. Ribeiro de Oliveira (2018) mostra que em uma pesquisa na base de dados do Scielo em 2015, foi encontrada apenas uma publicação nacional que abordava especificamente crianças trans. O artigo em questão relata um processo psicoterapêutico de uma criança de dois anos e oito meses que segundo as autoras apresentava um

Comprometimento no desenvolvimento normal de sua identidade de gênero” por ser do sexo masculino e comportar-se “como uma menina”. Para as pesquisadoras, tal comportamento “deveria ser sanado diante do sofrimento que tal situação estaria causando na dinâmica familiar da criança em questão (Costa; Vanin, 2005).

Tais compreensões alinham-se com as caracterizações diagnósticas descritas pela última versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) que

considera que usar vestido, gostar de brincar com bonecas – em especial a Barbie –, brincar de casinha e ter amigas garotas são coisas que seriam naturais e determinadas por uma vagina, ou seja, é um comportamento esperado somente de pessoas do sexo e gênero feminino. Assim como somente meninos podem apresentar interesse por esportes de contato, brincadeiras agressivas e competitivas e brincar com carrinho, porque isso seria consequência de se ter um pênis. (De Oliveira Preu; Brito, 2019, p. 142

Dessa forma, caso um menino ou menina apresente interesse e comportamentos associados como naturais e exclusivos do gênero oposto, poderia ser considerado uma das possíveis características diagnósticas da disforia de gênero, compreendendo existir um desalinhamento com condutas entendidas como normais. É pressuposta uma identificação da criança com os brinquedos, ao invés de abrir possibilidades para novos modos de se relacionar e entender a experiência. Quanto a essa perspectiva reducionista e generalizante, tem-se que

O DSM pressupõe que a boneca com a qual você brinca é aquela que você quer ser, mas talvez você queira ser sua amiga, sua rival, sua amante. Talvez

você queira essas coisas todas de uma vez. [...] Precisaríamos ver o ato de brincar como um fenômeno mais complexo do que como ele é considerado no DSM, se quisermos começar a colocar e a analisar questões desse tipo (Butler, 2009, p. 118-9).

Assim, ao listar certas características como critério diagnóstico da disforia de gênero em crianças,

Os médicos não identificam uma espécie de transtorno mental, mas sim asseguram um 'correto' desenvolvimento do gênero ao produzir meninos-masculinos e meninas-femininas, ditando como, com o que e com quem as crianças devem conviver e brincar (Freire, 2015 *apud* De Oliveira Preu, Brito, 2019).

Consequentemente, qualquer criança que não corresponda a cisheteronormatividade supostamente “natural” torna-se alvo de discriminação ao ser vista como anormal. Isso porque é responsabilidade da sociedade, da escola e sobretudo dos pais impedirem que a criança se desvie dos padrões binários de sexo-gênero estabelecidos, gerando uma espécie de educação “preventiva” e opressiva desde a raiz.

Como exemplo, pode-se citar a imensa e violenta repercussão social após a exposição do “*Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*” em 2017, onde a artista Bia Leite exibiu uma série de pinturas nomeada “Criança Viada”, com telas que mostravam desenhos de garotos com dizeres como “criança viada travesti da lambada” e “criança viada rainha das águas”, expostas abaixo:



Fonte: BBC News⁴

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45191250>

Embora a própria autora afirme que o intuito de suas obras era dar visibilidade a crianças cuja vivência fugia dos padrões heteronormativos, a exposição causou uma controvérsia avassaladora no país. As pinturas foram alvo de sérias acusações tal como apologia à zoofilia, à intolerância religiosa e à pedofilia. Dessa forma, ao invés de cumprir com o objetivo de estabelecer o respeito pelas vivências de “crianças viadas”, o que se viu foi uma grande intolerância e incômodo a tais existências, evidenciando um regime de violência, em que unir sexualidade não-heteronormativa e infância tornou-se objeto de violenta censura.

Além da arte, é comum encontrar discursos políticos que visam a proteção da infância da chamada ideologia de gênero, entendida por conservadores como “uma ofensiva contra a desnaturalização dos papéis sociais de gênero” (Miguel, 2021, p. 3). Tais ideias ganharam ainda mais evidência e relevância social a partir da ascensão da extrema direita e da eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018. Durante a consolidação do governo Bolsonaro, a então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou ser uma nova era no Brasil, onde “menino veste azul e menina veste rosa” e “menina será princesa e menino, príncipe”. Damares Alves pronunciou publicamente afirmações como:

“A mulher nasceu para ser mãe, porque nasceu com útero [...] quem manda são as regras biológicas, que nos fizemos com peito, útero, ovário e trompas, para gerar”, “os gays querem tirar a Bíblia de circulação do Brasil” e “homossexuais são doentes” (Maranhão Filho, De Franco, 2019; Miguel, 2021).

Explicita-se crenças patologizantes e ainda semelhantes ao dimorfismo sexual, determinando comportamentos em função do sexo biológico. Com isso, tais falas reiteram a existência de uma violenta opressão institucionalizada e estrutural no país.

Nesse sentido, pode-se dizer que há a operação de uma necropolítica trans, voltada para a morte física e simbólica dessa população desde as primeiras manifestações e possibilidades de existência ainda na infância e adolescência.

Para tanto, resta-nos reiterar os questionamentos já feitos por Preciado (2020, p.70): “Quem defende os direitos da criança diferente? Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança de crescer num mundo sem violência de gênero e sexual?”

3.3 Necropolítica trans no Brasil: agentes e modos de operação

O conceito de necropolítica foi cunhado por Achille Mbembe (2018) que, expandindo noções foucaultianas, trata da subjugação da vida ao poder da morte em que determinadas instituições sociais e federais se encarregam de fazer a gestão sobre como morrer e sobre quem deve morrer. Atentando-se ao fato de que em tempos modernos, o monopólio da violência não se encontra somente no Estado, dado que é ministrada por diversas entidades diferentes a fim de violentar sistemática, estrutural e institucionalmente determinados corpos.

Vale ressaltar a importância de se considerar tanto a morte literal quanto a simbólica, sendo a segunda associada à “exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, à invisibilização, expulsão, estigmatização e exclusão social” (Caravaca-Morera, Padilha, 2018, p. 2).

A necropolítica trans evidencia-se quando analisamos dados que apontam o Brasil como o país que mais assassina a população trans no mundo há 14 anos, onde a expectativa de vida dessas pessoas é de apenas 35 anos em contrapartida à média da população em geral de 74,9 anos (Conselho Nacional de Saúde do Governo Federal, 2022) - consequência máxima de discursos intolerantes à diferença sexual e de gênero.

Em 2017, repercutiu o caso da travesti Dandara dos Santos, de 42 anos, que foi brutalmente assassinada em Fortaleza, Ceará. Um grupo de homens torturaram, espancaram, apedrejaram e assassinaram a tiros Dandara. Pouco depois, compartilharam vídeos da tragédia na internet gravado por um dos agressores envolvidos. Em um deles, a vítima é forçada a subir em um carrinho de mão, entre insultos e agressões (através de tapas e um pedaço de madeira), mas não consegue devido aos ferimentos. Em seguida, a colocam no carrinho e a executam com dois tiros e uma pedrada forte na cabeça.

O país se viu frente a um caso brutal e inevitavelmente ligado à transfobia, sendo esta reconhecida pela primeira vez como qualificadora do crime. Isso porque a lei brasileira só criminalizou a homofobia e a transfobia após a decisão do Supremo Tribunal Federal STF em 2019, passando a incluí-las na Lei do Racismo (Lei 7716/89).

Até hoje, é possível que haja casos subnotificados, pois o Brasil não possui um sistema oficial e estatal de denúncia a transfobia, fazendo com que os dados não representem totalmente a realidade - sobretudo referente a violências não letais que não são relatadas às autoridades responsáveis e nem circulam no meio midiático (Britto; Carvalho, 2021).

Outra forma de exclusão (e conseqüente extermínio) socioeconômica presente na realidade brasileira é vista na dificuldade que as pessoas trans têm de se inserirem no mercado de trabalho, fazendo com que 90% dessa população tenha como principal fonte de renda a prostituição (Benevides, 2023).

Nesse sentido, constantemente são realizadas tentativas de silenciamento e aniquilamento de infâncias e adolescências trans, vistas e exemplificadas anteriormente no meio artístico, científico, social e político. Portanto, a capacidade necrófila e destrutiva opera antes mesmo do nascimento “por meio do uso de tecnologias impositivas, prescritivas (e não somente descritivas) como a própria ecografia” (Caravaca-Morera, Padilha, 2018, p. 5).

Os discursos voltados à defesa da infância visam apenas uma única possibilidade de existência julgada como ideal. Existe concomitantemente uma gestão devastadora voltada àqueles que fogem da norma. Dessa forma,

os defensores da infância e da família invocam a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normatizado [...] essa infância que eles pretendem proteger está cheia de terror, deopressão e de morte (Preciado, 2020, p. 69-70).

Pode-se pensar na operação da necropolítica direcionada a diferentes corpos além da população trans. No Brasil, outras minorias subalternizadas (mulheres, pobres e negros) são alvos diariamente dessa gestão mortífera, ministrada por diferentes instituições e estruturas. Por isso, urge traçar e identificar quem são esses jovens e adultos trans para que possamos inseri-los em um estudo interseccional, buscando capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (Crenshaw, 2002).

Neste sentido, a ANTRA realiza anualmente um importante dossiê mapeando assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras. Sua publicação mais recente indica que 131 pessoas trans foram mortas em 2022, sendo 130 mulheres e 1 homem. O estado de Pernambuco evidencia-se como aquele onde mais

ocorreram esses assassinatos, responsável por 13 deles; já sob uma perspectiva regional, o Nordeste lidera com 52 homicídios (40,5%) seguido pelo Sudeste com 35 (27%).

A mesma pesquisa mostra que, embora não tenham informações sobre 37 das 131 pessoas assassinadas em 2022, tem-se a respeito do restante que 89% tinham entre 15 e 39 anos, de modo que a idade média das vítimas foi de 29,2 anos. Ainda, 5,3% destas eram adolescentes entre 13 e 17 anos. Já referente a raça, a média dos últimos cinco anos indicam que 79,8% das pessoas trans assassinadas são negras, enquanto 20% são brancas.

Desse modo, a pesquisa permite identificar elementos em comum das vítimas que aparecem de forma recorrente todos os anos. Dentre eles, destaca-se o fato da maioria das vítimas terem entre 13 e 29 anos; ser negra, empobrecida e que reivindica ou expressa publicamente o gênero feminino; estéticas e aparências não-normativas como fatores de alto risco; o fato de os crimes ocorrerem majoritariamente em local público e, sobretudo, a ineficácia da justiça em concluir a investigação e responsabilizar o autor da violência.

Diante deste cenário, o termo afronecrotransfobia foi cunhado, referindo-se a política de extermínio real e simbólico de pessoas identidade trans e negra (Rego, 2019). Tal política é responsável por excluir essa população, de modo a não só retirar a vida, mas também:

tira da família, da escola e dos espaços públicos de lazer, cultura e esporte, restringe as redes de afeto e apoio, tira do mercado de trabalho, relegando a prostituição e subempregos. Tira a dignidade ao esvaziar a eficiência e eficácia das poucas e precárias políticas públicas direcionadas à população. (Ibid., p. 179-80).

Ainda, há a violência estrutural, que se configura a partir de uma ação sistemática de uma estrutura social ou instituição que impede a realização de necessidades básicas de certas pessoas, impedindo seu reconhecimento pleno. A partir dela, cria-se a ideia de que a população não é digna de respeito, tornando-a vulnerável às diversas outras violências (Caputo, 2018). Assim:

pessoas trans tornam-se nulidades civis e políticas. E isso não poderia ocorrer sem a ação ou omissão (frequentemente ambas) do Estado. (...) Tratar alguém como objeto retira-lhe (ou lhe diminui) o valor inerente ao fato de ser humano e, portanto, desvencilha-nos de qualquer reação diante de seu sofrimento. Do ponto de vista da violência estrutural – mas não só dela - de

que tratamos até aqui, pessoas trans são tidas como objetos descartáveis aos olhos indiferentes (e aqui há também a violência como não-ato) do Estado e de grande parte da sociedade, tornando-as alvos de todo tipo de agressão, culminando em atos brutais de tortura e morte. (Ibid. p. 29- 31).

O processo de objetificação está intimamente relacionado com a fetichização e sexualização dos corpos trans. Contraditoriamente, além do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo, ele também é aquele que mais consome pornografia online que inclua essa população (Denardin, 2019). Em uma perspectiva psicanalítica, é possível supor que este fenômeno ocorre por conta da negação do sujeito em relação ao seu próprio desejo, influenciado pelo preconceito social que condena também aquele que se relaciona com pessoas trans. Frequentemente, transmasculinos e transfemininas não são vistos como homens ou mulheres “de verdade”, pois ainda há a crença de que o gênero está estritamente relacionado ao sexo. Conseqüentemente, quem estabelece relações afetivas e/ou sexuais com pessoas trans tem sua sexualidade julgada e passa a ser alvo de discriminação.

Assim, na impossibilidade de legitimar o próprio desejo, culpabilizar e odiar aquele corpo que está mobilizando-o pode, muitas vezes, aliviar psiquicamente o Ego do sujeito. Por isso, existe a hipótese de que o consumo elevado de pornografia trans no meio virtual se justifique pelo fato de as identidades estarem protegidas, enquanto fora da internet o contato afetivo e sexual com pessoas trans pode “prejudicar” o status social do indivíduo, uma vez que culturalmente apenas as relações cisheteronormativas são vistas como respeitáveis e legítimas.

Até mesmo na produção de conhecimento, há o silenciamento e impossibilidade de participação da população trans nas instituições acadêmicas, estabelecidos historicamente. Boaventura de Sousa Santos e Meneses (2010) cunha o termo epistemicídio para falar sobre a destruição de algumas formas de saber em detrimento de outros. Na realidade racista brasileira, é possível afirmar que

este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (Carneiro; Fischmann, 2005, p. 10)

Além de inferiorizar saberes negros, o epistemicídio atinge também a população LGBTQIA+, mulheres e pobres. Muitas pessoas trans deixam

precocemente o ambiente escolar e acabam inseridos em trabalhos precários (Santos; Sanceverino, 2022).

Apesar do aniquilamento epistêmico historicamente provocado sobre saberes sobre ou advindos da população trans, a Teoria Queer é responsável pela importante produção de estudos voltados a toda comunidade LGBTQIA+. Conseqüentemente, tais epistemologias são igualmente alvo de críticas e até mesmo violência. Em 2017, a autora de estudos queer Judith Butler veio ao Brasil para eventos e palestras, e mobilizou intensamente o país, contando com atos públicos, manifestações e abaixo-assinado online com 320 assinaturas contra a estadia da norte-americana e sua palestra no Sesc em São Paulo.

Enquanto Butler realizava o evento, que era sobre democracia, diversas pessoas manifestaram do lado de fora do Sesc, convocadas pelo grupo “Direita São Paulo” através do Facebook e outras comunidades de extrema direita e ultraconservadoras. Cartazes associavam sua imagem à pedofilia, responsabilizando-a pela suposta implementação da “ideologia de gênero” nas escolas.



Fonte: El país⁵

Ainda, os manifestantes queimaram uma boneca de bruxa com a imagem de Butler, ao meio de dizeres como: “Queimem a bruxa!”, “o Brasil é país conservador,

⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html

contra a ideologia de gênero”, “homem é homem, mulher é mulher, e aqui o Brasil você não faz o que quer”.



Fonte: El País (Ibid.)

Em todas as esferas os debates de gênero seguem alvo de ataques, sobretudo quando nomeiam como histórico e normativo o desenvolvimento supostamente natural responsável por tornar todas as crianças em cisgêneras e heterossexuais. Os grupos conservadores seguem transvestindo sua intolerância contra dissidentes sexuais e de gênero em um discurso que defende a criança hipoteticamente ameaçada. “Deixem em paz as nossas crianças!”, gritou uma brasileira para Butler durante uma conferência na Universidade Federal de São Paulo (Miskolci; Pereira, 2018).

Assim, a necropolítica trans no Brasil mostra-se evidente simbolicamente, materialmente, estruturalmente e institucionalmente. As vidas das pessoas trans são marginalizadas em todos os âmbitos, tornando-se, na maioria das vezes, insustentável uma vida digna dentro dos parâmetros previstos pelos Direitos Humanos.

Portanto, são inadiáveis medidas de enfrentamento e resistência que unam diferentes movimentos sociais, voltadas não só ao desenvolvimento de novas maneiras de se compreender as identidades de gênero e sexuais - desconectando-as de etiologias biológicas e sociais - mas também de lutar contra o racismo, misoginia e as demais discriminações presentes no Brasil e que reforcem o entendimento de que a transexualidade e transgeneridade não é uma distorção ou uma inconsistência.

Não há transtorno de identidade ou problema de identidade na infância. Não há mais conflito ou disforia do que o que a sociedade conseguiu criar.

3.4 A luta por reconhecimento

O filósofo Axel Honneth desenvolveu uma teoria baseada no conceito de reconhecimento recíproco nas relações sociais como elemento central no desenvolvimento da identidade individual e coletiva. Em sua obra "Luta por reconhecimento", ele divide o processo de reconhecimento em três esferas distintas: amor, direito e solidariedade.

Para falar do reconhecimento na esfera do amor, é necessário frisar antes que não se trata de amor exclusivamente no sentido romântico. Concordando com Hegel, tem-se que

(...) por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filhos (Honneth, 2009, p. 159)

O reconhecimento no amor é possível através do estabelecimento de relações primárias com dedicação emotiva, que supra a natureza afetiva do sujeito, para que este consiga se autorreconhecer e desenvolver a própria autoconfiança.

Já a esfera do direito, voltada para as relações jurídicas, diferente da anterior, só pôde se construir a partir de uma evolução histórica. Esta, por sua vez, refere-se ao reconhecimento e respeito cognitivo dentro das leis - tanto a nível formal quanto social. A nível individual, esta esfera promove o autorrespeito, visto que

“[...] só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um ‘outro generalizado’, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões (Ibid., p.179).

Por fim, para que seja possível atingir uma autorrelação infrangível, há a esfera da solidariedade, dando aos sujeitos “uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (Ibid. p.198). Nesse

sentido, esta esfera diz respeito à comunidade de valores, onde o reconhecimento ocorre por meio da participação ativa na vida social e do engajamento em projetos comuns. Ainda

essa forma de reconhecimento recíproco está ligada também à pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns. (...) Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas (Ibid., p. 200).

Assim, ao envolver a estima social do sujeito, torna-se essencial para o desenvolvimento da autoestima.

Entretanto, nem sempre essas formas de reconhecimento são atingidas, através de processos de desrespeito que afetam significativamente a identidade pessoal. Para as três esferas apresentadas, o autor conta com as principais formas de desrespeito marcadas, respectivamente, por: violação, privação de direitos e degradação. Assim, maus tratos e violação são formas de desrespeito para com o reconhecimento emocional, ameaçando a integridade física e também psíquica do indivíduo. Já a privação de direitos e a exclusão são formas de desconsideração que afetam a integridade social do sujeito. Por fim, a degradação e ofensa ferem o potencial da solidariedade, ameaçando diretamente a honra e dignidade do outro (Ibid.)

Partindo dessas ideias, é possível pensar como se dá o reconhecimento social de pessoas trans no Brasil. Quando se diz que a cisnormatividade privilegia cisgêneros em detrimento de transgêneros, refere-se a todas as esferas da vida do sujeito. Não à toa, o preconceito é responsável pela exclusão sistemática da população trans, em quesitos legais, sociais, afetivos e culturais.

Portanto, quando a transgeneridade é anunciada, a primeira esfera abalada é a do amor, colocando à prova o apoio dos cuidadores e amigos. Não apenas a pessoa trans precisa assumir sua identidade, “todos em volta transicionam e também precisam sair desse armário, mas muitas vezes, ao invés disso, a família rompe e essa transição não ocorre” (Gregori; Lucena, 2019, p. 72).

No Brasil, estima-se que a expulsão de casa de pessoas que reivindicam um gênero diferente do atribuído ao nascimento seja, em média, aos 13 anos (Benevides,

2023). Mesmo quando acolhido posteriormente, as relações primárias são desestruturadas, abalando completamente a integridade e autoconfiança desses jovens.

A expulsão de casa por parte dos pais pode ser motivada por inúmeras influências que embasam e mantêm a lógica transfóbica. Historicamente, foi-se construindo uma sociedade que ensina a selecionar quais indivíduos ou grupos são pessoas dignas e, assim, “por meio de discursos religiosos, científicos, educacionais e midiáticos introjetamos os estereótipos sociais que nos convidam a selecionar aquele(a)s que serão merecedore(a)s do investimento de nosso afeto” (De Oliveira Rovai, 2021, p. 252).

Assim, a cisnormatividade ensina que o filho(a) que deve ser amado e apoiado é aquele que foi, antes de tudo, idealizado dentro do previsto pela ecografia, correspondendo o gênero de acordo com o sexo. Assim, pais e cuidadores são adestrados para proteger crianças que condizem com as lógicas binárias. Paul Preciado, filósofo trans, ao falar do seu próprio processo de afirmação e transição ajuda a compreender a problemática

O que meu pai e minha mãe protegiam não eram meus direitos de “criança”, mas as normas sexuais e de gênero que eles mesmos aprenderam dolorosamente através de um sistema educativo e social que castigava qualquer forma de dissidência com ameaça, intimidação e até a morte. Tive pai e mãe, mas nenhum dos dois protegeu meu direito à livre autodeterminação de gênero e sexual (Preciado, 2020, p. 72).

Até na vida adulta, os afetos são negados, limitados ou nulos, tornando-se difícil estabelecer uma rede de apoio.

Muitas pessoas acreditam que a identidade de gênero de uma pessoa trans poderia e deveria ter sido evitada. Sendo assim, as famílias se veem diante de algo que não se pode negar, que não pode compreender e que, de alguma forma, está no campo de sua responsabilidade. Não raro as famílias experimentam um misto de vergonha, culpa e impotência que termina inviabilizando o convívio familiar e tornando as pessoas trans muito mais vulneráveis do que aquelas adequadamente atendidas por suas famílias. Mais ainda, a rejeição familiar, amplamente demonstrada pelos dados das pesquisas consultadas, tende a marcar indelevelmente os processos de subjetivação de suas vítimas (Caputo, 2018, p. 30).

Ainda, os maus-tratos físicos podem ser considerados a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal, representando um tipo de desrespeito que fere

duradouramente a confiança, tanto em si quanto no mundo (Honneth, 2009).

Já em termos jurídicos a situação se torna controversa. Apesar das leis e políticas públicas voltadas à população trans serem crescentes, suas aplicações práticas se mostram ainda precárias e insuficientes frente aos dados do país. Não há reciprocidade, uma vez que

[...] para poder agir como uma pessoa moralmente imputável, o indivíduo não precisa somente da proteção jurídica contra interferências em sua esfera de liberdade, mas também da possibilidade juridicamente assegurada de participação no processo público de formação da vontade, da qual ele faz uso, porém, somente quando lhe compete ao mesmo tempo um certo nível de vida (Ibid., p. 192-3).

Desde 2006, a Lei Maria da Penha (11.340/06) passa a configurar crime todo caso de violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres. Determinando

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (...)

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (...)

No entanto, somente em 2022 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estendeu oficialmente a Lei Maria da Penha para mulheres trans e travestis vítimas de violência doméstica. Considerando, finalmente, que

a mulher trans e travestis, por se expressarem e se identificarem como a expressão do gênero feminino também se colocam no mesmo patamar da mulher cisgênera, isto é, acaba por configurar o polo mais fraco e frágil das relações familiares e sociais, levando em conta o contexto patriarcalista do Brasil. Sendo assim, a Lei Maria da Penha e a qualificadora de feminicídio pode ser aplicada às mulheres transexuais e travestis sem óbice algum (De Souza; Figueiredo, 2021, p. 19).

Da mesma forma, a LGBTQIA+fobia só foi criminalizada em 2019, incluída na Lei do Racismo. Juridicamente, as medidas foram tardiamente tomadas frente à realidade violenta do país.

A consolidação do reconhecimento da solidariedade mostra-se igualmente difícil. A degradação e ofensa ocorrem tanto institucionalmente quanto socialmente, sendo ela direta ou não. Um dos exemplos sutis que pode elucidar essa questão é o

caso da artista brasileira Linn da Quebrada, que tatuou em sua testa o pronome “ela”, pois inúmeras pessoas (inclusive sua mãe) persistiam em chamá-la pelos pronomes masculinos mesmo após sua transição de gênero. Em 2022, Linn entrou no reality show Big Brother Brasil e tal violência se repetiu, já que mais de um participante insistia em referir-se à artista como “ele”, mesmo com uma tatuagem no rosto indicando sua preferência. Assim, o caráter ofensivo mostra-se no próprio não reconhecimento da identidade da pessoa trans.

O mapeamento das violências morais e psicológicas contra transexuais e transgêneros é escasso em função da dificuldade em denunciar e da precariedade legal em medidas eficazes contra o agressor. No entanto, tais violências ocorrem tanto no espaço público quanto no privado, sendo majoritariamente negligenciadas e mantidas impunes. Como consequência, a autoestima e dignidade do indivíduo ferido em sua estima social são diretamente afetados.

Os dados apontados de que a população trans possui altos índices de prejuízo na saúde mental podem estar relacionados diretamente com o reconhecimento denegado em uma ou mais esferas, visto que, apoiado em Mead, “o grau de relação positiva da pessoa consigo mesma se intensifica passo a passo na sequência das três formas de reconhecimento” (Honneth, 2009, p. 158).

Do ponto de vista emocional, aqueles que sofrem as ofensas sociais não reagem neutramente. No entanto, “somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política” (Ibid., p. 224). Por isso, movimentos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas são de suma importância para transformar experiências de não reconhecimento em força política, dando aos sujeitos a chance de encontrar reciprocidade pelo menos entre seus pares, lutando para que esta se estenda para toda a sociedade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura das respostas obtidas e da revisão crítica feita na primeira parte da pesquisa, os resultados foram organizados em quatro capítulos que buscam apresentar os atravessamentos subjetivos e sociais implicados no processo de se perceber trans e nos desdobramentos a partir deste.

Nesse sentido, foi possível explorar as infâncias trans a partir da perspectiva de quem não só a viveu, mas também a relembrou agora como adulto. Embora sempre vivenciadas de maneira única, as semelhanças nas violências reportadas elucidam e nomeiam os agentes da necropolítica trans vigente no país. Seus impactos também puderam ser apreendidos pelo estudo, possibilitando a criação de estratégias de enfrentamento - que serão tratadas com maior ênfase na seção subsequente nomeada “interseccionalidade e práticas emancipatórias”.

Ainda, há articulações entre a literatura e a amostra, assim como um maior aprofundamento das discussões teóricas com base nos dados obtidos. Noções como ideologia dominante (Thompson, 2011), violência estrutural (Galtung, 1969), reconhecimento recíproco (Honneth, 2009), mentalidade higiênica (Costa, 1979) e (des)naturalização de dinâmicas familiares (Badinter, 1985) permeiam as discussões.

Assim, a análise será feita através de um olhar crítico, despatologizante e interseccional. Além disso, todas as fragilidades e limitações identificadas na pesquisa serão abordadas para que estudos posteriores possam superá-las. Outrossim, suas qualidades e impactos positivos também o serão, desejando sua reprodução.

Cabe ressaltar que os excertos dos relatos estarão em itálico e mesmo fragmentados, o conteúdo se mantém íntegro. A história de uma única pessoa pode aparecer em mais de um momento, correspondendo cada trecho à discussão. A fim de adequá-los à linguagem acadêmica e garantir sua compreensão, apenas correções de abreviações e ortográficas foram feitas.

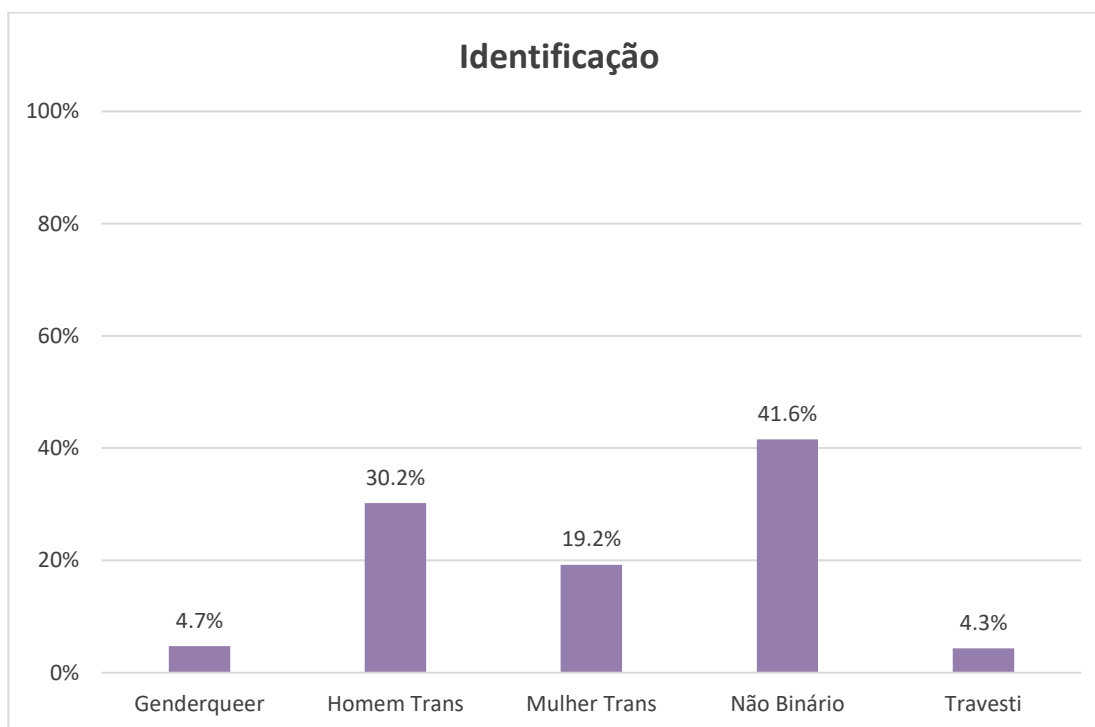
Mantendo os critérios éticos, nenhuma identidade será revelada e nenhum nome (real ou fictício) será atribuído. No entanto, para contextualizar a narrativa e permitir ao leitor dados sobre os(as/es) participantes, após cada relato conterà, em parênteses, a identidade, autodeclaração racial e região da pessoa. Cabe ressaltar que para aqueles que se identificam como não binários ou genderqueer, será atribuída no início das informações a palavra “pessoa” como recurso de neutralização da

linguagem.

Portanto, os capítulos são: “Instrumento e perfil da amostra”; “As experiências trans: um debate sobre a naturalização de discursos e práticas cisnormativas”; “As primeiras violências e o poder da tríade família, escola e religião” e “Implicações sociais e psicológicas da transfobia”.

4.1 Instrumento e perfil da amostra

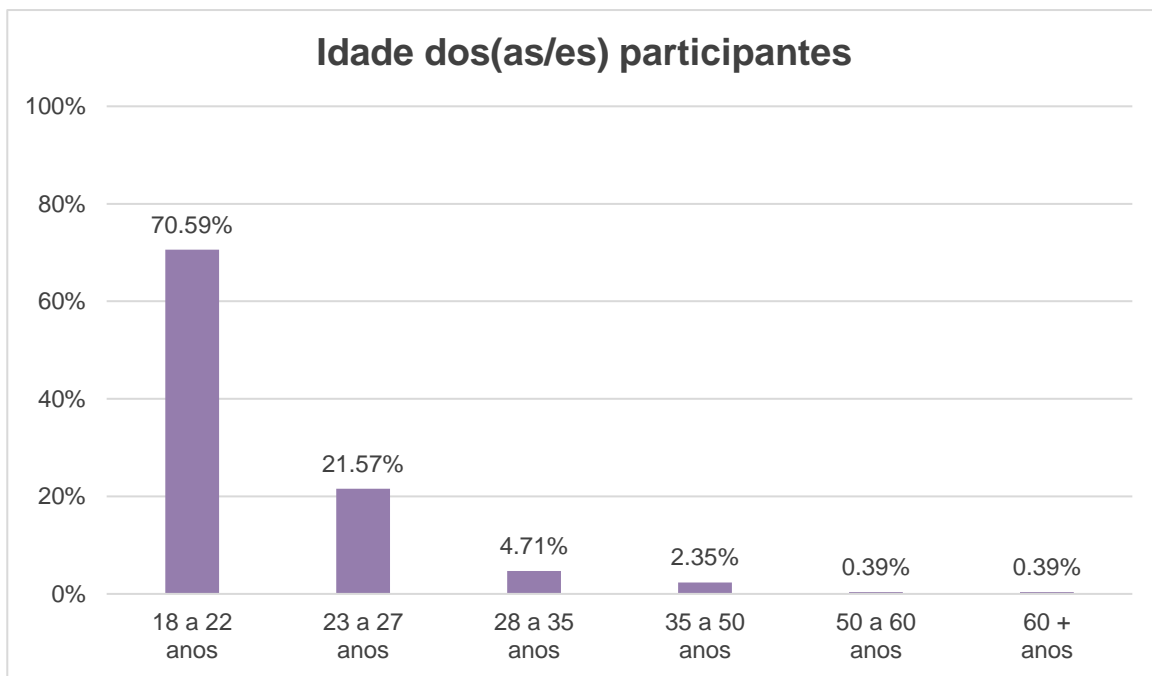
O instrumento utilizado foi um formulário online (apêndice A) feito pela plataforma Google Forms, veiculado através das redes sociais. Este ficou disponível para o recebimento de respostas por um período de 4 meses e obteve a participação espontânea de 255 pessoas trans de todas as regiões do país que se identificam conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

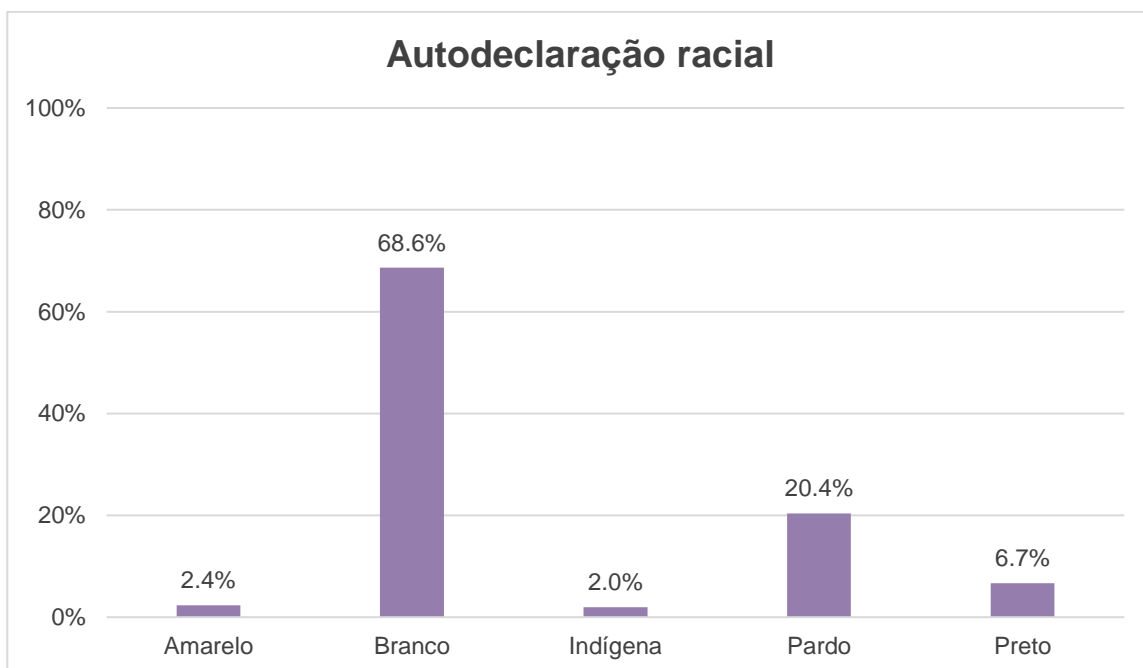
Ainda, a amostra é predominantemente do sudeste (64.7%), seguida, respectivamente, do sul (12,2%), nordeste (12,9%), centro-oeste (7,8%) e norte (2,4%). Da mesma forma, é majoritariamente composta por jovens, sobretudo aqueles

entre os 18 e 22 anos de idade, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

Ainda, a maioria dos(as/es) participantes são pessoas brancas, conforme a distribuição da autodeclaração ilustrada pelo gráfico a seguir:

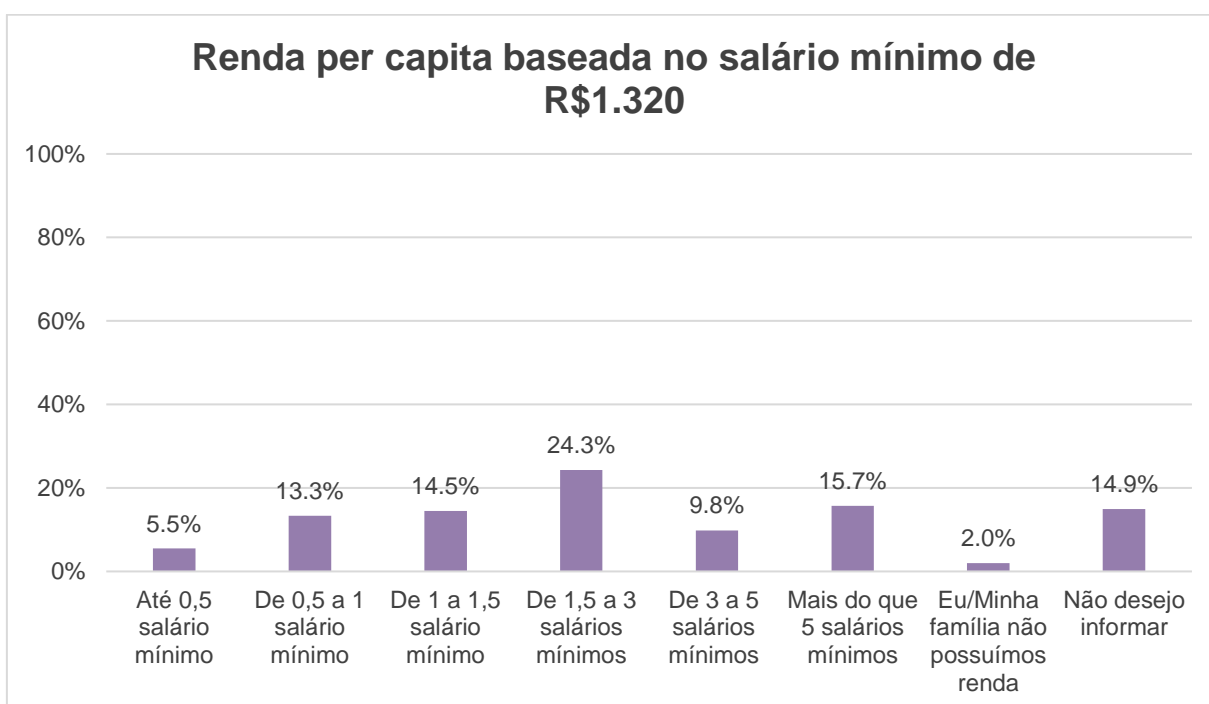


Fonte: Dados da pesquisa

O nível de escolaridade também é alto, já que 65,9% da amostra concluiu o

Ensino Médio, 25,9% o Ensino Superior, 3,9% a pós-graduação e 4,3% o Ensino Fundamental II. Concomitantemente, 56,5% não trabalham atualmente, levando a hipótese que a maioria da amostra são atualmente estudantes do nível superior ou dedicam-se exclusivamente aos estudos. Por outro lado, 23,9% trabalham informalmente (sem registro) e 19,6% formalmente (com registro).

Por sua vez, a renda foi calculada por pessoa (*per capita*), que é dada a partir da soma da renda total de uma casa dividida pelo número de integrantes que ela contém. O instrumento utilizou como base o salário mínimo vigente no final de 2023 (quando o formulário foi elaborado), que é de R\$1.320. Assim a renda da amostra distribui-se equilibradamente, indo desde a classe econômica mais baixa até a mais alta:



Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, 41,2% se dizem bissexuais, 10,6% assexuais, 11% lésbicas, 8,6% gays, 7,1% heterossexuais e os 21,6% restantes optaram pela alternativa “outro”, evidenciando que as opções de resposta oferecidas pela pesquisa não contemplaram todas as possibilidades. É possível entender essa porcentagem pelas colocações feitas pelos(as/es) participantes na questão aberta para críticas, comentários ou sugestões:

Acrescente pansexualidade ao questionário, nem todo mundo se sente confortável em usar o termo bi (mesmo que tenham o mesmo significado no fim). (não binário, pessoa preta, nordeste)

Na parte de orientação sexual seja colocado a opção de selecionar mais de um (homem trans, branco, nordeste)

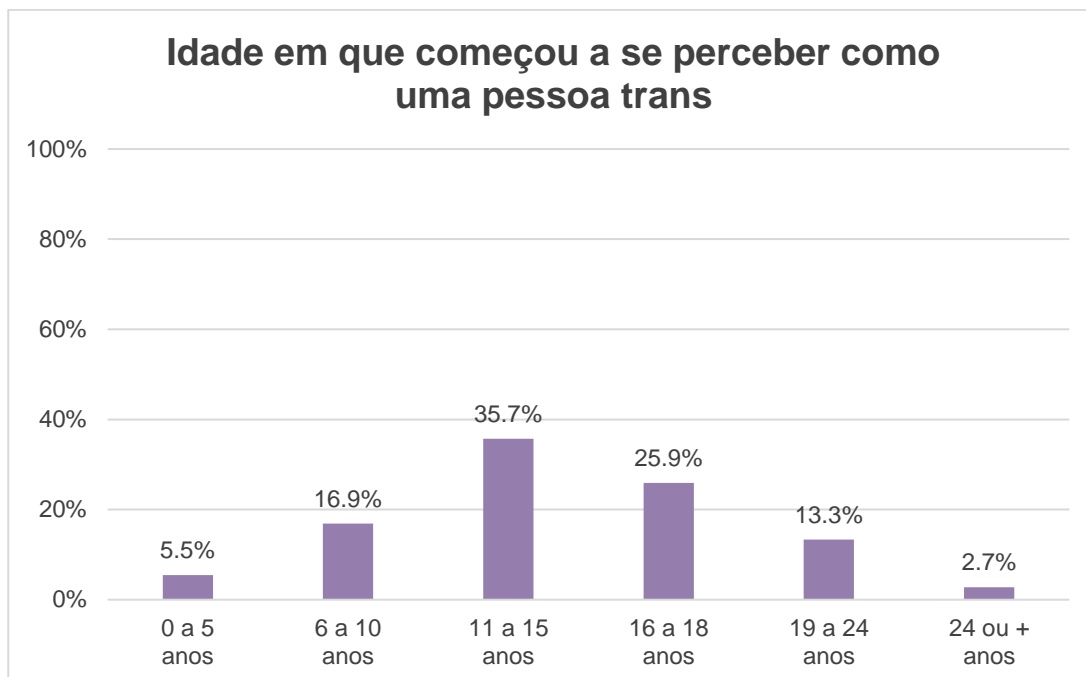
Nesse sentido, muitos apontamentos referem-se aos assexuais que podem ser concomitantemente gays, lésbicas, bissexuais ou heterossexuais. Assim, se reconhece uma falha na formulação da pergunta que, no entanto, não nos impede de considerar as demais respostas.

A partir dos dados apresentados, temos uma amostra majoritariamente jovem e branca do sudeste brasileiro, com rendas variadas. O fato do formulário ser veiculado pela internet é por si só limitante, já que dificilmente alcançaria pessoas trans em situação de rua, por exemplo. Ainda, por ser muito divulgado em grupos de uma universidade de elite paulistana, atingiu uma camada privilegiada em termos educacionais e socioeconômicos - o que não necessariamente reflete a realidade da maior parte da população trans. Portanto, acredita-se que reconhecer as próprias limitações do estudo potencializa e provoca um novo olhar crítico sobre os dados.

4.2 As experiências trans: um debate sobre a naturalização de discursos e práticas cisnormativas

Conforme mostrado ao longo da pesquisa, não é unânime o reconhecimento das crianças trans, sendo este ainda negado por parte da sociedade. No entanto, quando ouvimos a experiência de quem realmente importa, ou seja, aqueles que vivem na pele o que é ser uma criança trans, sua veracidade se torna indiscutível.

Os dados do gráfico abaixo revelam que 83,9% dos(as/es) participantes começaram a se perceber como uma pessoa trans antes dos 18 anos, a maioria na puberdade, onde mudanças corporais e hormonais estão presentes:



Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, para as perguntas abertas referentes ao processo e memórias de se perceber trans, muitas respostas evidenciaram manifestações desde a infância:

Nunca me encaixei no gênero que me obrigavam a exercer. Com cinco anos já me via como uma menina. (travesti, branca, sudeste)

Tenho poucas memórias da minha infância em geral, não me recordo de quase nada e não sei o porquê disso. E, curiosamente, uma das poucas coisas que lembro é sobre gênero. Lembro claramente que eu entrava no quarto dos meus pais e "roubava" todo tipo de roupa que eu achasse interessante por achar que "combinava com a minha alma". (não binário, pessoa branca, sudeste)

Hoje entendo a importância de se falar sobre crianças trans. Eu fui uma. (mulher trans, branca, sudeste)

Lembro que, com 6 anos, me olhava no espelho e tinha dificuldade de me reconhecer nele. Me perguntava porquê a pessoa no espelho tinha que ser eu. Mas, aparentemente, era eu (pelo menos foi o que me disseram). (mulher trans, parda, sudeste)

Me lembro de um momento, no qual eu tinha por volta de 4 ou 5 anos, em que disse para a mãe de um amigo meu exatamente: "Quería ser um menino pra poder fazer xixi em pé". E, ao contrário do que eu esperava, recebi uma repreensão em tom de nojo e surpresa, e senti uma decepção muito grande por não poder ser menino, já que eu sabia que 'fazer xixi em pé' não era minha única vontade. (não binário, pessoa branca, sudeste)

É importante frisar também que o sentimento da experiência trans mostrou-se presente, mesmo quando não sabiam nomeá-la como tal. Devido à falta de comunicação e referências sobre a transgeneridade, é comum que muitas pessoas venham a se reconhecer trans muitos anos depois das primeiras manifestações. Se tratando de memórias, os relatos dizem:

Demorei para entender, mas o sentimento sempre existiu em mim. (mulher trans, branca, sudeste)

Hoje digo que nunca fui homem, mesmo nos momentos em que eu não sabia o que eu era, tudo o que sou já existia em mim. (não binário, pessoa branca, sudeste)

Eu acho que o "processo" começou antes de eu conseguir denominá-lo como processo. (mulher trans, branca, nordeste)

Ainda, há um sofrimento evidente consequente dos comportamentos atribuídos socialmente aos gêneros, que os configuram como normais. De início, se tem um não reconhecimento de si, evidenciado pelo estranhamento ao se olhar no espelho, ao ser tratado pelo gênero designado e ao ser, inclusive, visto como “estranho” também pelo outro:

Sempre houve uma sensação de estar em um eterno limbo, ou de transitar entre muitas coisas e nunca me fixar. (não binário, pessoa parda, sudeste)

Desde criança, sempre me disseram que era diferente, os meninos me achavam estranho e as meninas, por mais que me aceitassem, ressaltavam que era diferente. Então, esse sentimento de falta de pertencimento sempre me acompanhou, sempre me senti, ao mesmo tempo, como nenhum dos dois e um pouco dos dois. (não binário, pessoa branca, sudeste)

Eu sentia como se não tivesse uma identidade própria, até mesmo uma personalidade, e me questionava constantemente o que poderia estar "errado" comigo. (homem trans, branco, sul)

Me vi primeiro como um monstro, alguém confuso, fora do normal (não binário, pessoa preta, sudeste)

Tais relatos mostram como a força discursiva da cisnormatividade dita aquilo que é supostamente normal e natural antes mesmo do nascimento. Além do estranhamento de si, a falta de acolhimento dessas angústias por parte da família e amigos próximos é alarmante. Como apontado, a reprodução de discursos normativos contém nas entrelinhas a violência e rejeição àqueles que ultrapassam os limites

impostos. Conseqüentemente, as primeiras repressões surgem justamente quando comportamentos ditos inadequados ao gênero atribuído são manifestados ainda na infância:

minha memória mais antiga da minha infância é minha vó reclamando pra minha mãe que eu fiz ela comprar uma cueca pra mim (homem trans, preto, sudeste)

quando eu tinha 7 anos eu provei um vestido como brincadeira com minhas amigas, só que eu queria muito aquele vestido pra mim, daí disseram que eu não podia, não porque seria roubo (a dona nem usava mais e poderia me dar de presente) mas sim porque era de menina. (genderqueer, pessoa parda, sudeste)

desde pequeno adultos falavam sobre minha sexualidade, no colégio era chamado de "sapatão" e eu acolhia. [...] era supervisionado pelos pais e minha mãe era controladora, não deixou cortar o cabelo pois "tava querendo virar homem?" e ali foi meu primeiro baque, onde estranhei o porquê daquela frase me machucar tanto mesmo sem compreender o que me gerava tanta revolta além do simples fato de um corte de cabelo. (não binário, pessoa branca, sul)

Tais experiências, no entanto, não são restritas às pessoas trans. As possibilidades de se expressar, brincar, vestir e se relacionar são delimitadas pela cis-heteronormatividade, atingindo todas as infâncias, indistintamente. É comum que crianças do sexo-gênero feminino e heterossexuais sejam desestimuladas ou impedidas de jogar futebol, por exemplo, sob o discurso de que é “coisa de menino” e que esta brincadeira poderia significar que ela é lésbica ou que “quer se tornar um menino”. Da mesma forma, crianças do sexo-gênero masculino são desencorajados a brincar com bonecas, pois seria “coisa de gay” ou “coisa de menina”. Tais discursos impedem práticas lúdicas e impõem crenças discriminatórias.

Esse fenômeno alinha-se ao que Foucault (2009) nomeia como “regime da verdade”, que corresponde ao conjunto de discursos e práticas que determinam o que é aceito como verdade em uma sociedade. Essa noção contribui para a compreensão da cis-heteronormatividade enquanto uma verdade que é produzida, regulada e legitimada através de práticas sociais discursivas a fim de favorecer e manter relações de poder.

Nesse sentido, a cis-heteronormatividade pode ser entendida também como uma ideologia hegemônica, no sentido de que ela, necessariamente, “serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes” (Thompson, 2011, p. 91).

De modo a “produzir, reproduzir e transformar subjetividades” (Guareschi, 2000, p. 45).

Thompson (2011), aponta a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação como os cinco modos gerais de operação da ideologia que utilizam diferentes estratégias de construção simbólica. Embora todos sejam usados em algum nível para a cis-heteronormatividade, apenas alguns modos trabalhados pelo autor serão explorados a seguir.

Por sua vez, na reificação, as relações de dominação se estabelecem e se sustentam pela retratação de uma situação histórica, como se fosse natural, atemporal. A reificação utiliza como forma simbólica a estratégia de naturalização, que transforma uma criação social e histórica em um fenômeno resultado do inevitável, de características naturais (Ibid.).

Um exemplo do funcionamento da reificação é observado através do discurso religioso, que coloca na ordem divina a organização entre homens e mulheres, que “naturalmente” correspondem gênero ao sexo conforme prescrito por Deus. Ou ainda, no determinismo biológico apoiado pela ciência, que desconsidera fatores ambientais, sociais e culturais para os gêneros.

Já na legitimação, cuja estratégia é a universalização, os interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo ao interesse de todos - como ocorre nas relações de gênero. A própria ciência é um dos agentes principais da legitimação ao selecionar aquilo que deve ser estudado e impor como verdade universal, sobretudo ao tratar da ideia de “sujeito universal”, desconsiderando especificidades de raça, classe, cultura, gênero e etc. Embora existam sociedades em que as masculinidades e feminilidades não são definidas pela genitália, mas sim pela cultura, ainda impera no imaginário social que a única verdade sobre os gêneros é aquela definida pela medicina ocidental, onde a biologia é fator determinante. Assim, a universalização é, sobretudo, uma ferramenta colonial.

Na articulação entre o poder cis-heteronormativo com ideologias federais:

o fantasma do Estado-Nação segue operando como o fez nas antigas colônias, para justificar a conquista do pensamento como modo de aniquilamento: de construir mecanismos de standardização das mentalidades, dominar o imaginário e apropriar-se dos corpos e das vontades. (Caravaca-Morera; Padilha, 2018, p. 5)

Conforme exposto previamente, o próprio epistemicídio é um exercício da necropolítica, aniquilando saberes e culturas. Se a ciência foi resumida durante séculos por produções realizadas por pesquisadores homens, brancos e europeus que selecionavam aquilo que seria objeto de estudo, não se pode afirmar que ela é neutra. Ao se produzir conhecimento, se produz também ignorâncias:

A pergunta sobre o que é intolerável é uma indagação não apenas a respeito do que a normalidade estabelece, mas também sobre o que se ignora. Dito de outro modo, é um questionamento sobre o que não se quer conhecer, o que não se tolera conhecer, o que não se permite conhecer. A ignorância não é neutra, não é um estado original de falta de conhecimento; ou seja, é produzida por um modo de conhecer. Muitos setores da sociedade e muitas teorias - ainda que sejam críticas em relação a esses temas - alimentam não uma paixão pelo conhecimento, mas pela ignorância. (Passos, 2022, p. 16)

Por fim, o modelo da fragmentação utiliza como estratégia o expurgo do outro, e é caracterizada pela segmentação de sujeitos ou grupos projetados como mau, perigoso ou ameaçador e portanto os indivíduos devem se unir para expurgá-lo e combatê-lo (Thompson, 2011). Isso se observa em convenções pensadas unicamente a partir da binariedade, desde brincadeiras e roupas até afetos e trabalhos. Não à toa, a própria estrutura espacial dos locais públicos na maioria dos casos só destinam banheiros para homens e mulheres, que se não forem cisgêneros ou performarem como tal, serão discriminados. O espaço público diz a todo momento em alto e bom som: “a não binariedade normativa não cabe aqui”.

Analogicamente, Preciado (2020, p.182) realiza uma crítica aos processos de construção da norma corporal que incapacita alguns corpos perante outros, como no caso de pessoas com deficiência e diz: “o mundo sonoro não é melhor que a surdez. A vida bípede, vertical e móvel não é uma vida melhor sem a arquitetura que a possibilita”. Na mesma lógica, apesar de a cisgeneridade carregar uma série de privilégios, não significa que é melhor ou mais digna do que a transgeneridade, apenas está situada em um país que assim a qualifica e legitima.

Tais práticas excludentes se relacionam com o que Galtung (1969) nomeia como violência estrutural, onde a violência é incorporada nas estruturas sociais. Para o autor, não é uma cultura em si que é violenta, mas sim aspectos que a compõem. Esse cenário do país impede que as três esferas do reconhecimento recíproco elaboradas por Honneth (2009) se efetivem para pessoas trans, afetando diretamente a subjetividade, saúde mental e autopercepção dos sujeitos sobre si.

Dentro desse raciocínio, a chamada “ideologia de gênero” difundida pela extrema direita e conservadores do país, não pode ser considerada como uma ideologia, já que as formas simbólicas só são ideológicas quando servem para estabelecer e sustentar as relações sistematicamente assimétricas de poder, sendo justamente essa ação “a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia” (Thompson, 2011, p. 90)

A partir dessas noções, é possível compreender com maior profundidade os resultados deste trabalho. Passada a infância, a adolescência se mostra como um período de grandes mudanças na maior parte dos relatos. O autor Erik Erikson (1987) postula, em sua teoria do desenvolvimento, oito estágios que contemplam toda a vida humana. Para a adolescência, Erikson atribui o estágio nomeado “identidade *versus* confusão de papéis”, conflito predominante nesta etapa. Para vivenciá-lo, um dos principais recursos que o adolescente encontra para estabelecer e desenvolver sua identidade é por meio de pequenos grupos ou comunidades baseadas por identificações em comum - sejam elas um valor, crença, vestimenta ou banda.

Na amostra, em função da dificuldade em reconhecer a si mesmo desde a infância, a adolescência aparece como o ponto de ebulição deste conflito. A solidão nesse período também se mostra frequente, já que por serem considerados diferentes da maioria, a criação de grupos baseados em identificações em comum se limitam.

Sobre minha vivência, meu período de descobrimento foi principalmente na adolescência. (não binário, pessoa branca, sudeste)

O que mais me marcou na adolescência foi, somado à falta de identificação com as pessoas do mesmo gênero que me era imposta, o desconforto constante durante a puberdade. (não binário, pessoa branca, sudeste)

Já na adolescência o caos começou a tomar conta da minha vida. E meu lado feminino gritava para sair do armário. Naquela época, a criança pacífica e violentada que habitava dentro de mim, começou a tomar uma nova forma. (não binário, pardo, nordeste)

Muitas coisas só começaram a se encaixar durante a adolescência, onde eu mesmo questionava minha identidade de gênero. (homem trans, pardo, sudeste)

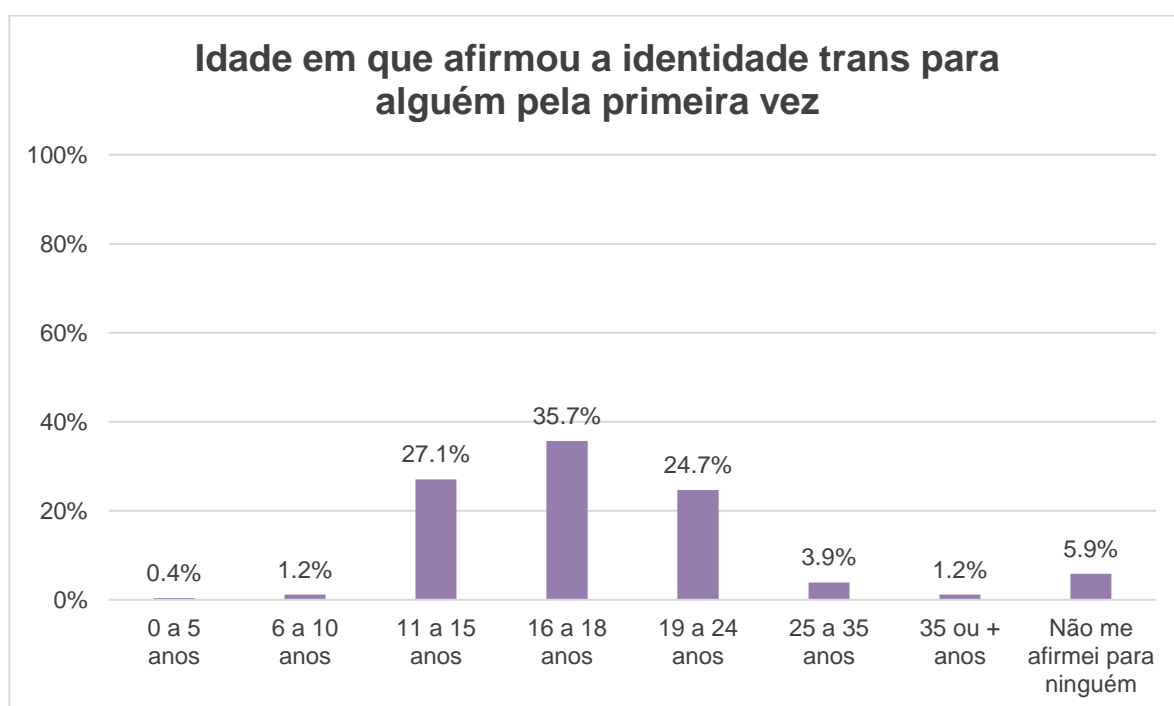
Além das mudanças psicológicas, há também as físicas e hormonais características da puberdade. Estas, por vezes, podem ser motivo de sofrimento, desconforto e disforia:

Aos 13, quando meu corpo passou a mudar mais por causa da puberdade, passei a ter constantes crises de disforia e foi a primeira vez que pensei que talvez eu não tivesse nascido com o corpo errado. (não binário, pessoa amarela, sudeste)

Desde criança eu sempre tive disforia de gênero, coisas que me lembrassem feminilidade me faziam mal, quando eu comecei a usar sutiã foi péssimo, mas o estopim foi quando tive a minha primeira menstruação. (não binário, pessoa parda, sudeste)

[...] em relação ao aparecimento dos seios e, com isso, a obrigação social de usar sutiã ou top, o que me causava uma falta de ar que, há pouco tempo atrás, descobri ser uma crise de ansiedade. (não binário, pessoa parda, sudeste)

Por fim, é no fim da adolescência e início da fase adulta que a população trans da amostra passa a afirmar-se como tal para pelo menos uma pessoa da sua rede - familiar, amigo, vizinho ou outro - conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

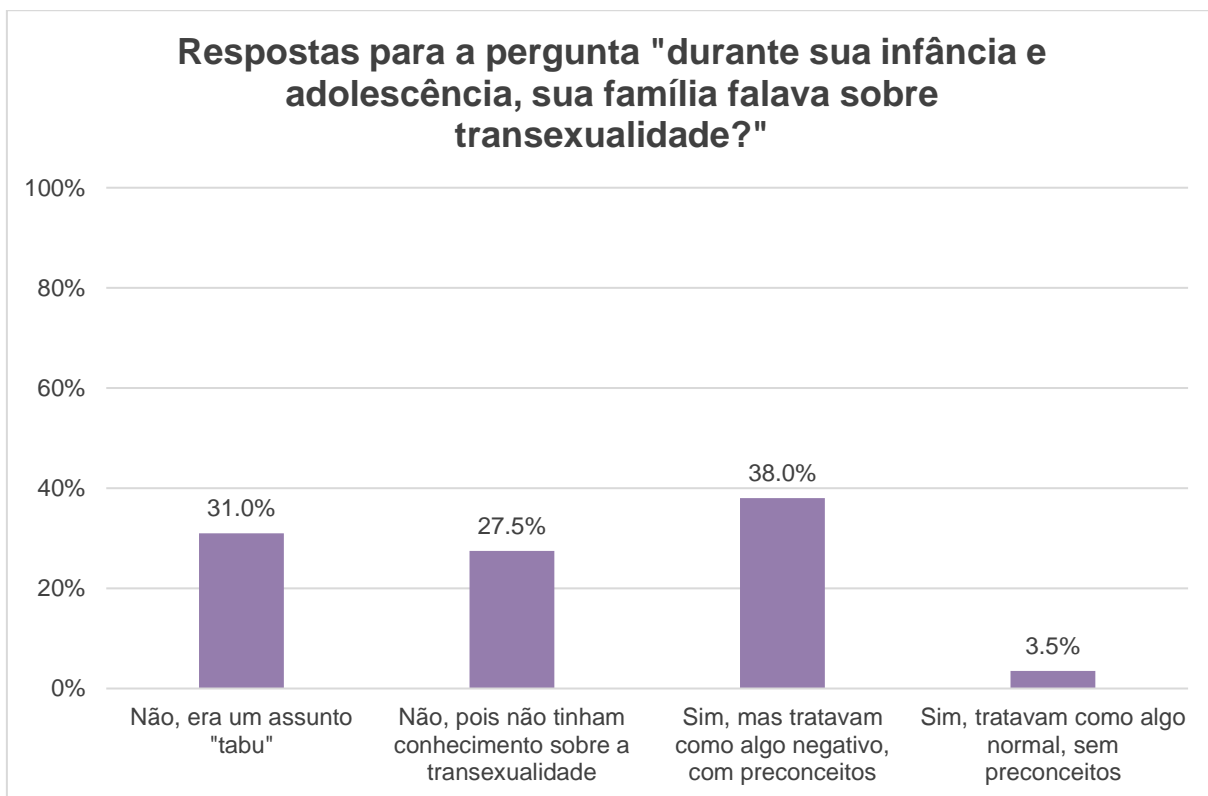
Embora os dados e a literatura falem sobre as consequências extremas da transfobia, como a própria letalidade trans no país, é possível observar como essas vidas são submetidas a diversas violências desde os primeiros anos de vida. É preciso considerar a infância e a adolescência trans em toda a sua complexidade, para que seja possível romper com convenções sociais que matam simbólica e literalmente

tantas crianças - trans ou não. A cisnormatividade arruína a todos.

4.3 As primeiras violências e o poder da tríade família, escola e religião

Legalmente, não é proibido ser trans. Em nenhum documento oficial do Brasil, ser trans é crime. Quando Foucault (1977) diz que a polícia do sexo opera não através de uma proibição, mas sim por meio de discursos públicos e úteis, trata-se justamente das noções de certo e errado que imperam no imaginário social. Ao se privilegiar e legitimar práticas cisnormativas, se aniquila outras práticas possíveis, não só nas ofensas, mas também no mutismo.

Nesse sentido, o gráfico abaixo mostra que apenas 3,5% dos familiares dos(as/es) participantes falavam sobre transexualidade como algo “normal”, sem preconceitos, enquanto o silenciamento ou abordagem preconceituosa se mostram prevalentes:



Fonte: Dados da pesquisa

Concomitantemente, apenas 5,1% dos cuidadores e familiares tinham opiniões e posicionamentos considerados mais liberais, enquanto 94,9% eram, em algum nível, conservadores. Tal cenário corrobora a constatação de que o processo solitário de estranhamento exposto anteriormente gera sentimentos conflitantes que não possuem espaço para serem acolhidos por ser um grande “tabu”:

[...] eu não consegui elaborar esse meu sentimento de modo a me perceber trans desde cedo. Acredito que isso se deu muito pela falta da oportunidade de refletir sobre, já que este era um assunto tabu, assim como o meu comportamento incompatível ao gênero que me foi imposto, que era assunto a ser evitado entre os familiares. (não binário, pessoa branca, sudeste)

Cabe questionar como se caracteriza a experiência de uma pessoa trans criada em um ambiente familiar onde não se fala sobre a transgeneridade, inserida em uma sociedade que constantemente repudia e aniquila formas de dissidência em relação à cis-heteronormatividade, carente de representações positivas nas escolas, nas mídias, na política e nas demais posições de influência. As crianças são bombardeadas com discursos transfóbicos e ensinadas a repeti-los, enquanto todos ao seu redor desconsideram a possibilidade daquela própria criança ser o principal alvo deste discurso.

Os relatos a seguir evidenciam como os(as/es) participantes são também autores de violência (seja ela direcionada a si mesmo ou ao outro) a partir de crenças e valores introjetados.

Durante a adolescência a sensação de não pertencimento se desdobrou em ódio e preconceito. Era um adolescente conservador, homofóbico, transfóbico, tudo de ruim e de pior. Hoje em dia, entendo esse ódio direcionado ao outro como ódio que sentia por mim mesma, projetado. (mulher trans, branca, nordeste)

tenho uma tia travesti, irmã da minha mãe, mas por preconceito aprendi a chamá-la pelo nome morto⁶ desde sempre e isso não condizia com a imagem que eu via dela, só depois de me reconhecer trans eu percebi o quanto a nossa família é preconceituosa em relação a isso (genderqueer, pessoa branca, sudeste)

eu não me aceitava, com 13 anos fui morar na cidade grande e lá minha tia religiosa começou com ameaças do tipo: homossexuais e travestis são seres que vão pro inferno e etc. eu acabei ficando com tanto medo que comecei a rejeitar meus amigos que se assumiam. (homem trans, pardo, nordeste)

⁶ Nome morto ou deadname no inglês é o termo utilizado para se referir ao nome de registro da pessoa utilizado antes da adoção do nome social.

Intimamente relacionada, a religião é uma das grandes responsáveis pela reprodução de crenças cisnormativas, dentro da amostra, ela aparece como uma variável importante que influencia o grau de aceitação da pessoa trans dentro de sua família. Inicialmente, a própria não adesão ao gênero imposto pode ser lida como uma rebeldia a Deus, já que a naturalização dos papéis binários dentro do discurso religioso corresponde àquilo que Deus determinou como “naturalmente correto”: É sob a premissa da crença que a transexualidade e transgeneridade podem ganhar o sinônimo de pecado:

Minha família é evangélica da assembleia de deus. Quando pequena, minha mãe pedia que ao me deitar eu fizesse uma oração em silêncio. Ela se referia ao ato como uma conversa particular entre “eu e deus”. Nesses momentos eu apenas implorava para que no dia seguinte eu “acordasse menina” e questionava esse tal deus sobre a razão de me criar de uma maneira que me gerava tanto desconforto. (travesti, branca, sudeste)

A imposição da religião afetou muito o meu processo de entendimento e descoberta. Como dito, me vi como outro, diferente, monstro e pecador, para só depois entender que sou uma pessoa trans e só. Não só, mas além. Sou trans e além porque vou contra o que tenta me matar. (não binário, pessoa preta, sudeste)

minha mãe não me aceitava nem na época que me via como lésbica, tendo apanhado dela duas vezes por esse motivo e tendo sido forçado a ir à igreja pedir perdão a Deus pelo pecado (homem trans, pardo, sudeste)

O Brasil é composto majoritariamente por católicos (64,6%) e evangélicos (22,2%), de acordo com o Censo produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Para estas religiões, se caracteriza como pecado uma série de atitudes como: adultério, sexo antes do matrimônio, uso de contraceptivos, tatuagens e etc. No entanto, nenhuma realidade é tão condenada quanto identidades de gênero e sexualidades não normativas. Lucidamente, este relato nomeia os verdadeiros autores:

Acho que minha infância e minha adolescência foram frustradas por valores religiosos que não foram ditados por Deus, mas por religiosos. (mulher trans, parda, sudeste)

Cabe dizer que todas as experiências de repressão e violência motivadas por crenças e valores religiosos, na amostra, referem-se diretamente à igreja católica e evangélica. Em contrapartida, os únicos relatos positivos relacionados a

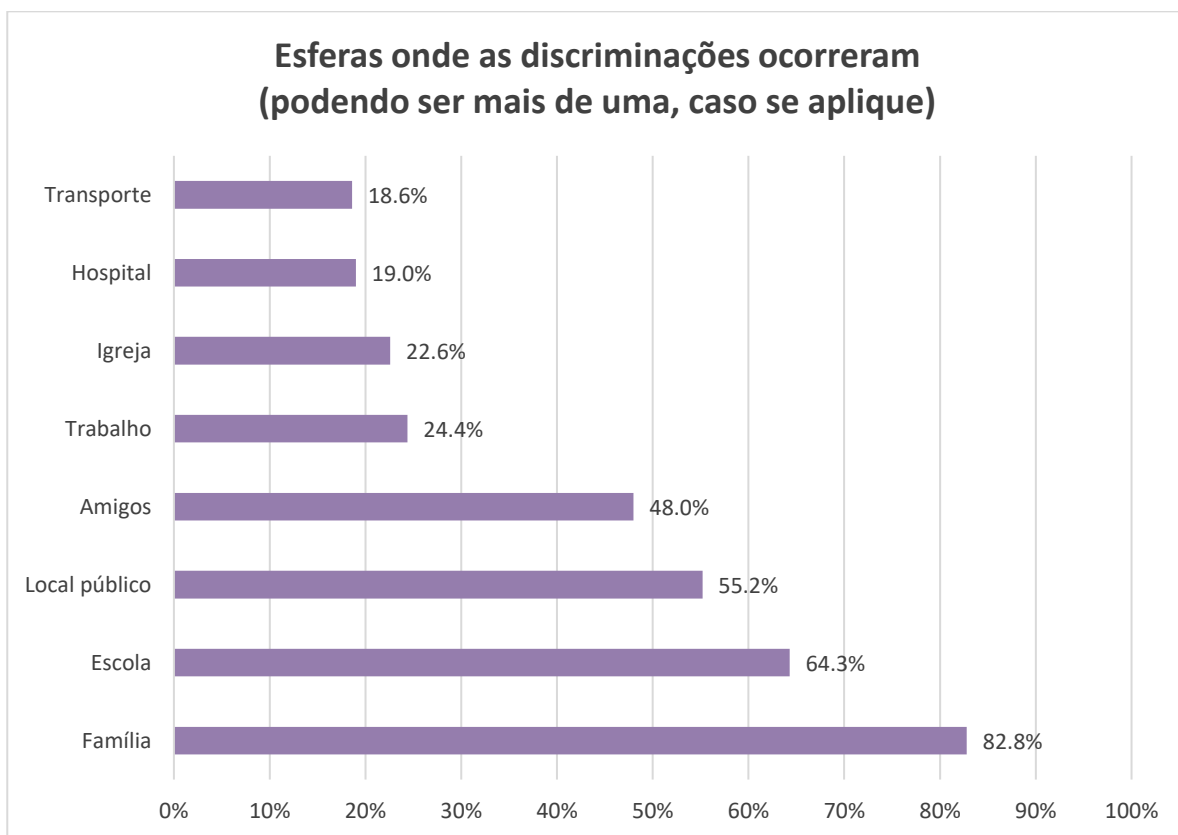
espiritualidade e ancestralidade, dizem respeito a religião de matriz africana e a etnia indígena - ambas resistentes à colonialidade:

Um dos fatores que me ajudou foi a investigação pessoal que fiz de minha ancestralidade indígena, o que me levou a entender melhor sobre gêneros não-binários de caráter étnicos que existiam e existem nos povos indígenas e também em outros povos que resistem fora do imperialismo eurocêntrico. Eventualmente a aceitação da minha identidade trans não-binária veio também com um entendimento e um pertencer étnico, racial e de classe. (não binário, pessoa parda, centro-oeste)

Encontrei uma rede de apoio com amigos e terreiro de umbanda (...). (não binário, pessoa parda, sudeste)

Isto porque as religiões de matriz africana não adotam uma hierarquia entre os sexos. Inclusive, por isso, a tentativa de castrar entidades africanas no intuito de reduzir seu poder durante a colonização foi fracassada.

Ainda, 85,5% da amostra aponta que já sofreram algum tipo de discriminação ao longo do processo; quando perguntados em quais esferas essas discriminações ocorreram, tem-se a família liderando como fonte de violência, seguida pela escola, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

Nos relatos, as memórias mais marcantes referem-se a discriminações de familiares, amigos, ambiente escolar e de discursos religiosos incorporados por estes. As demais alternativas do gráfico não aparecem nas respostas abertas, levando a hipótese de que as violências oriundas de figuras onde exista vínculo afetivo, são as mais significativas na história das pessoas:

Me lembro vividamente de amigos afirmarem raivosamente que "essa história de ser trans estava me corrompendo" ou ouvir corpos trans serem comparados a "monstruosidades" ou serem motivo de piada por parte da família. (mulher trans, branca, sudeste)

Ouvi, de meus pais e irmãos, ameaças de ser expulso de casa ou espancado por eles, caso soubessem que algum de nós faz parte da comunidade. [...] Tenho medo da ideia de passar mais anos presa aos padrões e ameaças da minha família. (genderqueer, pessoa branca, sul)

Só fui entender o que era amor quando fui embora (não binário, pessoa branca, sudeste)

Acho que o mais relevante foi quando contei ao meu pai e ele parou de falar comigo por anos mesmo morando na mesma casa. Ameaçou me expulsar e eu vivia com medo de ser espancado ou expulso. Atualmente estamos melhores, mas não o amo ou o respeito mais após isso, apenas continuo aqui e conversando com ele por necessidade. (homem trans, branco, nordeste)

Além de todos os apontamentos já realizados sobre o papel da família dentro da necropolítica trans, cabe também desnaturalizar a hipervalorização da criança dentro dela e rever as suas próprias definições.

Como mencionado, a própria concepção de criança é uma invenção da modernidade, que finalmente passou a reconhecê-la enquanto uma categoria social. Pouco depois, medicina e Estado se unem para combater os altos índices de mortalidade infantil e contaminação de doenças nas cidades, instaurando a moral higiênica, que vai propor, entre os novos hábitos, o cuidado voltado à criança.

Concomitantemente, inaugura a figura da mãe e difundem-se no século XVIII publicações que visam não só o cuidado, mas também o amor para com os filhos:

As publicações recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes 'ordenam' amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (Badinter, 1985, p. 145).

Diferentemente dos séculos anteriores, esse amor materno é exaltado como

um valor simultaneamente natural e social, favorável tanto à espécie quanto à sociedade (Ibid.). É apenas depois de muitos anos que a autora citada, Elisabeth Badinter, vai historicizar este fenômeno e revolucionar os estudos sobre ele com a publicação do livro *“Um Amor Conquistado: O mito do amor materno”*.

Da mesma forma, a educação de crianças só foi considerada científica e valorizada socialmente no século XVIII e XIX, usando como base a práxis pedagógica presente na obra de Rousseau: *“Emílio: da educação”*. Atualmente, no entanto, movimentos críticos, feministas e contra-hegemônicos consideram que a obra não contribuiu com a pedagogia em si, mas sim com estigmas e relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. Isso porque Rousseau (1995) parte da noção de complementaridade entre os gêneros: enquanto a educação de Emílio visa a razão, intelectualidade e força, a de Sofia volta-se para o oposto, caracterizada pela emoção, passividade e fraqueza.

Dessa forma, a criação de crianças passa a ser moldada a partir do pensamento da complementaridade, que privilegia os papéis de homens com as competências positivas, enquanto deixa as mulheres com as mais diversas incapacidades. Assim, a própria binariedade cisnormativa propõe uma relação assimétrica de poder entre os gêneros.

Sob ordens médicas, estatais e pedagógicas, pais e mães devem garantir que seus filhos do sexo masculino tornem-se pais, fortes e provedores, ou em outras palavras, um machista por excelência. Da mesma forma, filhas do sexo feminino precisam de uma educação que as leve à maternidade, passividade e submissão. A finalidade principal é o matrimônio (sempre heterossexual e cisgênero) e a reprodução - tanto no sentido de gerar uma nova vida, quanto no de repetir este ciclo (Costa, 1979).

Mais que isso, com a influência da psicanálise, pais e sobretudo mães tornam-se os responsáveis pela construção das principais instâncias psíquicas dos seus filhos. Reforçou-se a ideia de que é possível prevenir comportamentos desviantes se boas condutas forem adotadas durante a criação.

É preciso retomar esses conhecimentos para devolver o caráter histórico dos fenômenos apagados pelo processo de naturalização, no sentido ideológico de Thompson (2011). Desnaturalizar consiste na devolução do poder para a história e os seres que a constroem. Mães não amam instintivamente seus filhos. O homem que

moldou a pedagogia durante séculos é também aquele que abandonou seus cinco filhos. A mentalidade higiênica surge não só para erradicar doenças, mas também para moldar novas condutas pós-coloniais, absorvendo a família ao mesmo tempo em que a transforma em sua aliada na reprodução dos valores burgueses.

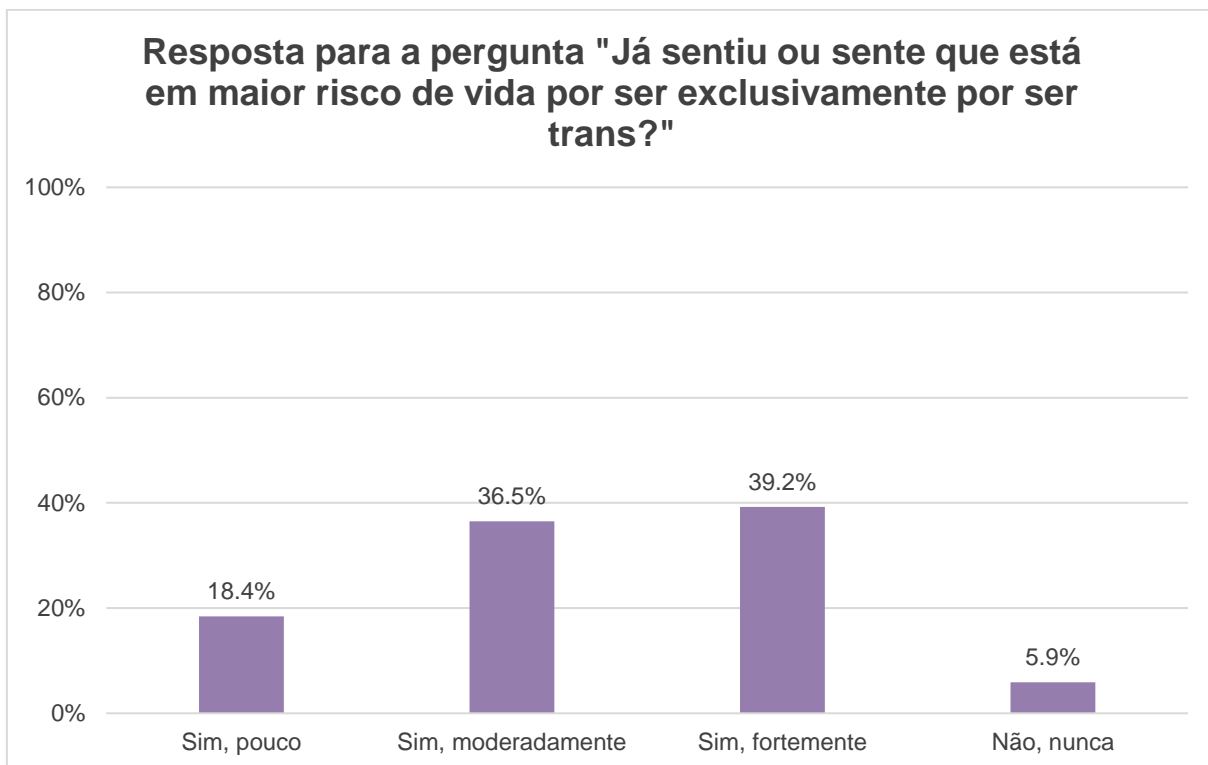
Da mesma forma que é possível construir imaginários sociais e produzir verdades, também é possível desconstruí-las, sobretudo quando isso significa parar de aniquilar saberes, vidas e possibilidades de ser.

4.4 Implicações sociais e psicológicas da transfobia

Após analisar o funcionamento da transfobia no Brasil, este capítulo busca explorar quais são as implicações sociais e psicológicas frente a ela, pensando nos impactos desta violência na subjetividade das pessoas trans e nas relações que estabelecem ao longo da vida.

Nos últimos anos, diversas pesquisas têm mostrado maior incidência de transtornos mentais e suicídio em pessoas LGBTQIA+ em comparação aos cis-heterossexuais - sobretudo se tratando de jovens - atravessados por diversos fatores sociais e econômicos. Pode-se dizer, inclusive, que este sofrimento psicossocial e desamparo foram intensificados com a pandemia da covid-19, sendo a população trans aquela com maior incidência de sofrimento psíquico quando comparada à própria comunidade LGBTQIA+ (Santos, 2023).

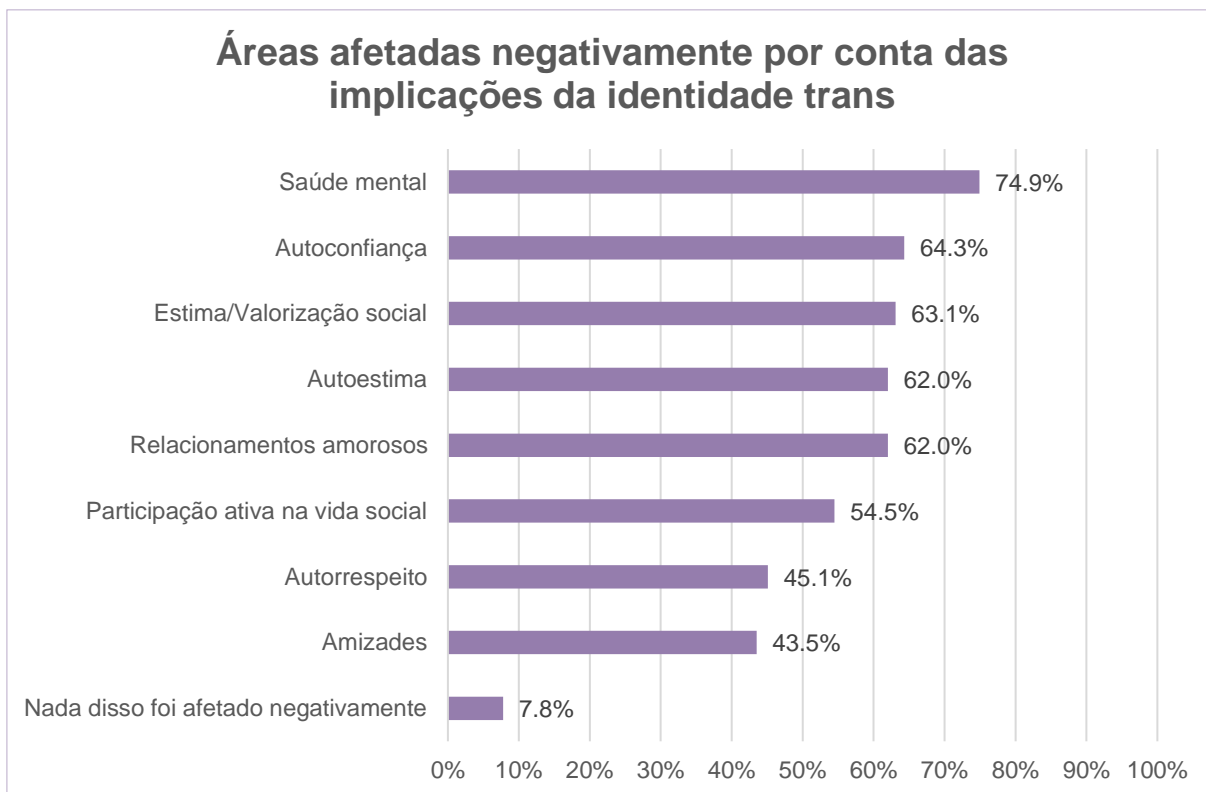
Além da vulnerabilidade social em que a maioria dessas pessoas estão inseridas, o próprio contexto transfóbico do país deixa o indivíduo em estado de alerta frente às violências. Alarmantemente, 94,1% dos(as/es) participantes da pesquisa sentem, em algum grau, que estão em maior risco de vida unicamente por ser trans, conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

Cabe ressaltar que alguns participantes comentaram sobre não sentirem que estão em risco por não performarem publicamente a sua identidade de gênero, ou ainda, por serem brancos ou pertencerem a uma classe social mais privilegiada, trazendo luz ao debate interseccional, já que as vítimas letais da transfobia são majoritariamente negras e periféricas. No entanto, pode-se dizer que independentemente da autodeclaração racial, o medo pela própria vida é presente na população trans da amostra.

Nesse sentido, o capítulo articulando a vivência da população à teoria do reconhecimento recíproco ganha ainda mais consistência a partir da materialidade dada pelos resultados obtidos. Dentre as áreas afetadas negativamente por conta das implicações em ser trans, destacam-se em segundo e terceiro lugar a autoconfiança e autoestima, que são significativamente abaladas quando não se tem o reconhecimento no amor e na solidariedade, respectivamente (Honneth, 2009). Assim, pode-se entender o grau de reciprocidade das relações sociais ao se observar o gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

Somente 7,8% dos(as/es) participantes disseram que nada foi afetado negativamente, o que, em comparação ao total, é extremamente baixo. Cabe dizer que algumas críticas foram realizadas em função da maneira como a pergunta foi feita, já que as áreas foram afetadas por conta da transfobia, e não da identidade trans.

O fato da saúde mental liderar a lista é interessante, evidenciando os impactos na subjetividade daqueles que seguem sendo estrutural e sistematicamente marginalizados; quando se diz que a transfobia é letal, é também deste poder autodestrutivo que estamos falando. Negar o reconhecimento no amor, direito e solidariedade, traz como consequência uma relação negativa do sujeito consigo mesmo (Honneth, 2009).

Nos relatos, a saúde mental abalada aparece frequentemente relacionada a um histórico de violência física, moral ou psicológica, motivadas diretamente pela transfobia e partidas, sobretudo, da família ou escola - conforme apontado anteriormente. Como consequência, transtornos psicológicos e tentativas suicidas se mostram presentes

Acho um milagre - ou apenas muita covardia da minha parte - estar vivo hoje. Já tentei suicídio duas vezes e não tenho perspectiva que isso pare. Por tudo

que já passei, sou incapaz de pensar a longo prazo, não existe um futuro além de 2 anos, não consigo pensar que farei 25 um dia, muito menos 30. A cisgeneridade me tirou isso, minha capacidade de pensar meus projetos de vida, querer viver. (homem trans, branco, sudeste)

Ocorreu uma situação em que apanhei em casa por me recusar a me vestir de forma feminina, e isso se somou com a minha primeira paixãoite da adolescência. O sentimento de que ninguém nunca ia gostar de mim se eu fosse daquela forma fez com que eu ocultasse essa parte de mim por muito tempo, daí fiquei agindo mais feminina... Isso resultou em depressão e ideação suicida na adolescência inteira. (homem trans, branco, sul)

Conforme já apontado, a esfera do amor é uma das primeiras afetadas quando a identidade trans é anunciada. É possível notar como a autoconfiança (consequente à efetivação do reconhecimento nesta esfera) é altamente impactada negativamente, com 64,3%. A família, sendo o local com maior incidência de discriminação, também é um dado significativo aqui, já que o investimento afetivo dado pelos pais no filho normativo entra em conflito quando este passa a se expressar de outra maneira.

Da mesma forma, os relacionamentos amorosos também são afetados, ao contrário das amizades, que aparecem com menor frequência. Isso se deve ao fato de que assumir a identidade trans entre amigos, na grande maioria dos casos, não altera o afeto presente na relação - baseado em ideias, gostos e valores em comum. Por outro lado, dentro das relações amorosas, a pessoa trans enquanto alvo de desejo foge da figura normativa à qual os impulsos sexuais são instruídos a se direcionar. Ensina-se que a atração sexual se dá por homens ou/e mulheres cis, desconsiderando-se a possibilidade de ligação com uma mulher com pênis, por exemplo. Tais configurações podem gerar rejeições por parte não só de heterossexuais, como de gays e lésbicas.

Na amostra, a maioria dos relacionamentos amorosos construídos após a transição social de gênero não apresentam atritos voltados para a identidade do(a/e) participante. No entanto, quando o vínculo se dá ainda no processo de descoberta da transgeneridade, pode gerar um conflito entre a orientação sexual do cônjuge e a maneira pela qual este enxerga o parceiro(a/e) trans. Ainda, o namoro pode surgir como fator impeditivo para a transição e aceitação em função de preconceitos do companheiro, conforme os relatos abaixo:

fui pressionada a ignorar minha descoberta pela minha então namorada, com quem tive um relacionamento de quase 3 anos em que eu era emocionalmente

e psicologicamente abusada (não binário, parda, sudeste)

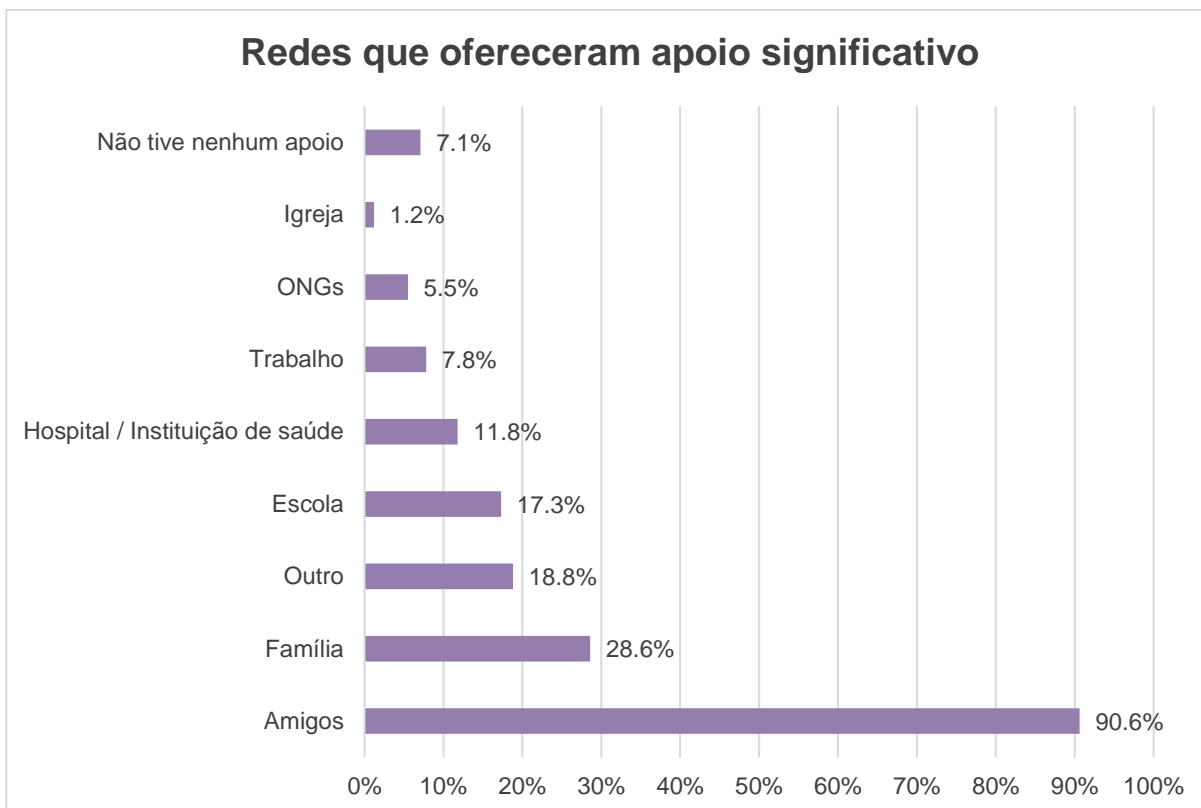
Quando disse pra esse namorado da época, um rapaz de 14 anos também, que estava questionando meu gênero e que talvez eu fosse um homem, ele disse que se eu quisesse buscar qualquer afirmação de gênero (cirurgia, TH etc) nosso relacionamento ia por água abaixo. (homem trans, branco, sudeste)

Ainda, em muitos relatos da pesquisa a própria amizade entre pessoas trans se mostra extremamente potente, muitas vezes iniciada a partir da identificação com o outro. Também é comum amigos que são as principais referências de cuidado e afeto, apresentados com grande relevância para os indivíduos. Chama atenção o participante que na pergunta aberta pedindo experiências marcantes visando o tema do projeto, escolhe contar sobre a relação com seu melhor amigo e como este o protegeu:

Poderia focar nas ameaças que sofri na adolescência, toda a violência da infância, mas eu prefiro lembrar dos meus catorze anos, quando conheci meu primeiro e melhor amigo. Sem ele, eu não estaria vivo. Tentei me matar muitas vezes porque era mais aceitável estar morto do que dar esse desgosto para as pessoas e tê-lo ao meu lado, me defendendo dos outros e de mim mesmo, me mostrando que mereço amor, que mereço ser amado e viver da forma que acho melhor pra mim, foi algo que me aliviou. Ele nunca me deixou usar o nome morto na escola, ele me ajudou a pegar um uniforme confortável para mim, era ele quem me defendia, andava comigo, me escoltava pra entrar no banheiro para não sofrer violência, não permitia que me assediassem ou falassem coisas sobre mim. E ele sempre, SEMPRE se recusou a saber meu nome morto, mesmo que gritassem em voz alta.

Eu não teria sobrevivido sem esse amor, porque foi ele quem abriu portas para os poucos amigos que tenho hoje. Ele é importante. E mais relevante do que qualquer violência que já sofri na minha vida. (homem trans, pardo, sudeste)

Não só este, mas outras histórias trazem alguma amizade responsável por proporcionar afeto, compreensão e proteção. Por isso, não surpreende que a opção “amigos” no gráfico a seguir referente às esferas e redes que ofereceram um apoio significativo na trajetória dos(as/es) participantes lidere de maneira expressiva com 90,6%:



Fonte: Dados da pesquisa

Tanto na literatura como na amostra, a importância das redes de apoio é fundamental no processo de se descobrir e se afirmar trans, diminuindo os impactos negativos na saúde mental e facilitando a autoaceitação. Explorando o gráfico, preocupam os 7,1% dos(as/es) participantes que não encontraram apoio em nenhum espaço, um dado alto considerando a gravidade que ele representa.

Conforme exposto, já que apenas 3,5% dos(as/es) participantes tinham familiares que tratavam a transexualidade sem preconceitos, a internet e as redes sociais aparecem em diversos relatos como o local alternativo para entrar em contato com a questão a partir de perspectivas despatologizantes, levando a hipótese de que as mídias digitais correspondem a alternativa “outro”, que aparece em terceiro lugar no gráfico

Em contato com a experiência trans pela primeira vez pela internet, passei a pesquisar muito e me identifiquei com os relatos, dúvidas, processos, etc. Comecei a ver minha vida a partir dessa nova ótica e muitas coisas que não faziam sentido antes passaram a fazer. (não binário, pessoa branca, sudeste)

conheci o termo na Internet e comecei a entender o que sempre senti (não binário, pessoa branca, sudeste)

Me percebi trans quando conheci outra mulher trans no Twitter, e descobri que havia uma forma de expressar algo que eu sentia, com minha identidade (mulher trans, branca, sudeste)

conheci os termos "trans", "não-binário", "genderqueer" na internet e pensei que poderiam se aplicar a mim (não binário, pessoa amarela, sudeste)

O psicanalista Lacan (2005) parte da noção de que a angústia é proveniente da falta de simbolização, ou seja, quando não há recursos psíquicos para nomear e conseqüentemente elaborar as experiências. Nesse raciocínio, a própria possibilidade de conversar sobre a transgeneridade e poder ouvir sobre a experiência trans potencializa a transformação da angústia do sentimento de não pertencimento - já mencionado em capítulos anteriores - em um processo libertador de autoconhecimento.

descobri o termo "não-binário" na internet com uns 12 anos e me senti compreendido (não binário, pessoa branca, sudeste)

Conheci muitas pessoas trans no facebook e isso me ajudou a perceber que eu não era louca. (travesti, branca, sudeste)

Comecei, através da Internet, a ter contato com relatos e vivências de outras pessoas trans e aquele sentimento de estar de fora, passou a fazer mais sentido e se tornar menos solitário. (não binário, pessoa parda, sudeste)

Assim, os sentimentos de angústia, inadequação e solidão podem se transfigurar em potencialidades de ser. Com isso, se conclui que conhecer, estudar e se relacionar direta e indiretamente com a população trans é um fator transformador e até mesmo terapêutico, promovendo impactos positivos na saúde mental.

Na mesma linha, este próprio Trabalho de Conclusão de Curso gerou repercussões positivas para as pessoas que puderam compartilhar suas histórias, experiências e memórias que nem sempre podem ser ditas. Da mesma forma que as críticas realizadas à pesquisa foram inseridas no trabalho para que não se repitam, os elogios também o serão, visando sua ampliação. Sobre a temática e a maneira pela qual ela foi explorada, se tem:

Achei uma pesquisa com perguntas profundas que geram reflexão, mas ao mesmo tempo respeitosa não me senti incomodada em responder nenhuma das questões. (não binário, pessoa parda, sudeste)

A pesquisa é boa e objetiva, parabéns pelo trabalho e boa sorte, todo sucesso

pra você, foi bom ter um lugar pra contar tudo isso pois é algo da qual eu não costumo desabafar ou relatar sobre porque acham que tô me fazendo de coitado. (homem branco, branco, norte)

Sempre que a Academia estuda pessoas trans com o devido respeito, sinto que estamos progredindo, um passo de cada vez. Parabéns pelo trabalho e muito obrigado! P.S.: Sempre é bom lembrar que crianças trans existem SIM!! (não binário, pessoa parda, sudeste)

Achei interessante a busca de entendimento de como vivemos e nos descobrimos, toda vivência trans é única, mas sempre compartilhamos algo. (travesti, branca, sudeste)

A amplitude e elaboração do formulário geraram sentimentos intensos e benéficos em algumas pessoas, servindo até mesmo como um espaço de acolhimento a quem o acessou:

Me emocionei ao responder às duas perguntas sobre meu processo e memória, foi muito triste e ao mesmo tempo tranquilizador poder compartilhar. Consegui respirar melhor depois :). (não binário, pessoa branca, sudeste)

Eu de verdade chorei de felicidade ao ver sua iniciativa em fazer algo tão bonito como dar visibilidade tanto para trans quanto para o gênero queer. P.s.: Posso ser sincero contigo? Nunca vi alguém colocando gênero queer em pesquisa sobre nós trans... Eu me senti visto e acolhido (genderqueer, branco, sudeste)

Portanto, pesquisas feitas com a colaboração de pessoas trans que partem de uma perspectiva despatologizante e ética, enriquece não só o debate científico, mas também a vida dos(as/es) participantes - favorecendo a luta contra a transfobia nas suas mais diversas camadas, dialeticamente. Todas as análises realizadas ao longo do trabalho visam a superação da destrutividade causada pela cis-heteronormatividade. Por isso, o capítulo a seguir adentra na interseccionalidade e práticas emancipatórias.

5. INTERSECCIONALIDADE E PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS

É impossível enfrentar a transfobia sem considerar também as violências de gênero, raça e classe no Brasil. Para isso, práticas emancipatórias de justiça social devem ser feitas a partir deste e outros trabalhos, conforme proposto desde o início dos estudos interseccionais pelas feministas negras.

Patricia Hill Collins (2017) acredita que se tem negligenciado a proposta inicial de Crenshaw ainda na década de 90, onde dizia que os estudos interseccionais deveriam contribuir com iniciativas emancipatórias e não como uma teoria da verdade desvinculada das preocupações de justiça social. Parte disso, para a autora, se deve à apropriação da interseccionalidade pela academia, à medida que esta se afastava dos movimentos sociais.

Por outro lado, a interseccionalidade enquanto método analítico por si só enriquece criticamente as produções científicas. A partir desse raciocínio, o uso do termo “afirma que há um interesse teórico-epistemológico, um interesse jurídico e um interesse político em se articular gênero e raça em pesquisas acadêmicas” (Rodrigues, 2019, p. 16).

Dedicar-se a um trabalho que não só descreve e nomeia os agentes e modos de operação da transfobia, mas também entra em contato com as pessoas às quais essa violência é direcionada, implica em uma troca dialética de saberes entre academia e comunidade, aproximando-as.

Dentre os resultados da presente pesquisa, destacam-se: a) importância de uma rede de apoio e figuras de identificação; b) saúde mental e autoestima abaladas negativamente e c) família e escola como principais esferas de discriminação. Com essas informações, se tem base para a criação de práticas que podem beneficiar diretamente a vida das pessoas trans. Portanto, estão convocados: professores, pedagogos, psicólogos, psiquiatras, equipes multiprofissionais de saúde, inspetores, cozinheiras e auxiliares escolares, educadores físicos, psicanalistas e todos os demais profissionais que direta ou indiretamente estão presentes na rotina dessas crianças.

Nesse sentido, é possível pensar na criação de centros de convivência para pessoas trans, tanto territorializadas quanto através de plataformas online, mediados por profissionais de saúde mental, por exemplo. Mais ainda, pensar em intervenções no ambiente escolar que impliquem na participação dos responsáveis pelas crianças,

gerando debates e tentativas de desnaturalizar a cisheteronormatividade. Inúmeras são as possibilidades, assim como inúmeras são as barreiras. Atualmente, no Brasil, até mesmo a palavra gênero é incômoda: diversos projetos de lei surgem com a tentativa de barrá-la nas escolas - oriundos de partidos em que discursos e figuras religiosas se misturam às políticas, mesmo que o Brasil seja um país laico.

Por isso, é de extrema importância a compreensão de que o cerne da transfobia não está somente nos indivíduos, nas famílias ou nas escolas: estes assumem o papel de reprodutores das violências e, conseqüentemente, protetores das normas sociais e de gênero. O ponto é: por que? Por que não se fala sobre transexualidade e transgeneridade? Por que não se fala sobre sexualidade e gênero nas escolas? Por que é um assunto tabu entre as famílias? Mais ainda: a quem isso favorece? Com isso, adentramos no cerne do caráter político e social da questão.

Permitir a livre expressão sexual e de gênero ameaça a ideologia conservadora burguesa e a divisão supostamente natural do sistema sexo/gênero. Por consequência, a própria superioridade da família estaria em xeque. Trata-se, portanto, de uma ameaça única de subversão dos arranjos familiares, que são vistos, simultaneamente, como naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social (Miguel, 2016, p. 597).

Com a primazia da família, principal instituição no Brasil, diferentemente de outros países, a escola é impedida de transmitir conteúdos contrários aos valores dos pais. Com isso, o medo da suposta “ideologia de gênero” aniquila também debates importantes sobre as violências de gênero e abusos infantis, imperando a noção adultocêntrica que retira das crianças a sua condição de sujeito autônomo. A responsabilidade de discutir e educar sobre tais questões recai sobre a esfera privada, nuclear.

Entretanto, esquece-se que a família também é um lugar de violências, atravessada pelo poder patriarcal e colonial. Bonfanti e Gomes (2018) alertam para o fato de que quando palestras e atividades de sensibilização sobre violência sexual (compreendida pelas autoras como uma das manifestações da violência de gênero) contra crianças e adolescentes são perpetradas em instituições de educação, na maioria das vezes, senão todas, crianças buscam as profissionais envolvidas para relatar que estão sofrendo abuso. Como esperar que as famílias sejam as únicas que eduquem sobre as diversas expressões da violência sexual e de gênero quando são

elas as autoras da violência na maioria dos casos?

Da mesma forma, o Artigo 17º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante o direito ao respeito da criança e do adolescente, que consiste na “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (Brasil, 1990). No entanto, a lei exige que pessoas trans com menos de 18 anos apresentem uma autorização dos responsáveis legais para a adoção do nome social e retificação de nome, sendo que na maioria dos casos são esses mesmos responsáveis os primeiros a discriminarem a identidade de gênero dos seus filhos(as/es). Novamente, como garantir o direito ao respeito quando a própria formulação legal não oferece a crianças e adolescentes autonomia sobre como gostariam de ser chamadas? Quando a preservação da sua identidade depende da autorização de seus agressores?

Aliás, a não adesão do nome social dentro da escola é um dos fatores violentos que levam à evasão escolar de pessoas trans, cujo índice é alto no país. As discriminações que ocorrem no ambiente escolar empurram cada vez mais essas pessoas para as margens, para fora daquele espaço. A escola forma os indivíduos não somente pedagogicamente, mas também subjetivamente. Em termos foucaultianos, serve para a disciplinarização dos corpos e, para isso, alinha-se aos interesses da classe dominante.

São poucas as práticas voltadas contra o preconceito, o que se tem (e ainda de maneira escassa) é tentativa de aturar a alteridade, nesse sentido “a escola finge não ver aqueles/as que transgridem as suas normas, ou apela ao discurso da tolerância. Mas quem deseja ser tolerado?” (Salvador; Oliveira; Franco, 2021, p. 14). Para Berenice Bento (2017), a palavra *bullying* não é o suficiente para descrever as violências voltadas às pessoas LGBTQIA+, mas sim heteroterrorismo. É preciso que os indicadores de desempenho escolar ou evasão não desconsiderem a variável homofobia e transfobia presente nesse espaço. Conjuntamente, estratégias para a verdadeira inclusão de corpos queer no ambiente escolar e políticas públicas para a sua garantia precisam ser criadas.

Mais que isso, é necessário também a adoção de um olhar crítico e desnaturalizante frente aos fatos históricos. A própria ciência, ao universalizar um sujeito, está colaborando para as formas simbólicas e ideológicas presentes no

imaginário social. A finalidade última dos seres humanos não pode continuar sendo resumida a feminilidade e masculinidade, maternidade e paternidade. É a partir dessas tensões que a teoria queer e trabalhos transfeministas surgem como forma de resistência e produção de saberes contra-hegemônicos.

Da mesma forma, a interseccionalidade enquanto uma maneira de olhar criticamente é indispensável em todas as pesquisas que tratem de relações sociais e de poder. A temática trans deve ser mais abordada, sobretudo voltada para crianças e adolescentes, já que a sua escassez nas produções revelam os interesses atuantes.

As ferramentas e práticas para manter a supremacia da família patriarcal normativa permitem que certas violências ocorram, sempre em prol da estabilidade do sistema capitalista. Dizer que homens e mulheres são organizados e construídos a partir de normas sociais, implica em dizer que a divisão sexual do trabalho também o é, e tudo que é social está passível a mudanças. Para a manutenção do capitalismo, é preciso crer que as desigualdades são inerentes e naturais. Mais ainda, é preciso responsabilizar os indivíduos pelos seus próprios fracassos, adotando como ponto de partida um olhar meritocrático.

Nessa forma de poder, se o adolescente deixa a escola a culpa é dele e não do ambiente que o violenta; se as pessoas trans não estão em cargos de liderança é porque não são capazes, afinal, “as chances são iguais para todos”. No entanto, quando se analisa os dados e a literatura sobre o assunto, o que se revela é a gestão de uma necropolítica muito bem delimitada e orquestrada. Por isso, é importante nomear e apontar os verdadeiros responsáveis e lutar para que políticas públicas sejam implantadas e garantam os direitos fundamentais dessa população.

O que está em jogo é a eterna produção de pessoas cisgêneras, heterossexuais, pouco críticas e alienadas sobre debates de gênero. É um projeto político que conta principalmente com o apoio dos representantes do Estado, família, escola, igreja e direito, que juntos sustentam o sistema patriarcal através de práticas e discursos. É justamente a partir do entendimento que o controle patriarcal se estendia às diversas esferas como famílias, relações sexuais e trabalhistas, que feministas popularizaram a ideia de que o pessoal é político (Garcia, 2015). Assim como este trabalho também o é.

Nesse sentido, superar a transfobia exige ativismo social, a organização comunitária e o engajamento político. Da mesma forma, lutas antirracistas, feministas

e dos trabalhadores devem incluir em suas pautas a letalidade alarmante da população trans feminina negra no país. As desigualdades e violências não somente se cruzam, mas também se fundem em uma mesma raiz opressora. Literalmente todos estão convocados para esta luta, utilizando como arma aquilo que podem: seja a urna, a academia, as instituições ou as ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto inteiro nasce de uma pergunta simples feita pelo filósofo trans Paul Preciado (2020): quem defende a criança queer?. Para explorá-la, foi feita uma análise histórica sobre a compreensão da transexualidade, que passa pela patologização, demonização e anormalidade. A Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde utilizou a classificação “transtorno de identidade de gênero” até 2019, considerando a transexualidade como um transtorno mental. Na sua última versão, finalmente classificou a “incongruência de gênero” nos capítulos destinados às condições relacionadas a saúde sexual.

Apesar da mudança, diversos estigmas ainda são atribuídos as pessoas trans, que ainda são vistas como abjetas. Embora oficialmente não exista uma lei que proíba a existência de pessoas trans no Brasil, se têm convenções sociais que aniquilam essas vidas com discursos e práticas discriminatórias e cisnormativas desde a infância, provocando a morte física e simbólica dessas pessoas, caracterizando, assim, a operação de uma necropolítica trans no país.

Frente a este cenário, a experiência trans ganha ainda mais complexidade em quesitos legais, médicos e sociais quando vivenciada por crianças e adolescentes. O próprio reconhecimento dessas experiências não é validado integralmente. Diferentes instituições buscam a primazia da infância, visando protegê-la da suposta ideologia de gênero e garantir uma educação alinhada com as normas higiênicas e estatais. No entanto, apenas a criança cisgênera e heterossexual recebe cuidados, afeto e proteção.

Assim, a tríade formada pela família, escola e religião se mostra como representante principal do conservadorismo político, sendo essas as instituições responsáveis pela construção simbólica e ideológica que privilegia relações assimétricas de poder, garantindo assim, a estabilidade da estrutura capitalista e da família nuclear burguesa. Nesse sentido, a tríade unida ao Estado mantém a naturalização dos gêneros, seguindo a ordem biológica ou divina. Da mesma forma, desigualdades raciais e de classe são interpretadas como inerentes e naturais pelo imaginário social.

A partir da revisão crítica da literatura e da análise de dados, pode-se concluir sem muita surpresa que crianças trans existem e são de suma relevância social e

científica produções despatologizantes sobre estas. Além disso, os principais resultados deste trabalho apontam para o fato de que a experiência trans começa muito antes das pessoas conseguirem nomeá-la como tal, sendo que o sentimento de inadequação é uma das primeiras manifestações e perdura até que consigam acessar referências positivas sobre a transexualidade e transgeneridade.

Ainda, as primeiras repressões são feitas pela família e começam quando comportamentos socialmente não esperados daquele gênero atribuído são manifestados, principalmente referentes a preferências por vestimentas ou brincadeiras contrárias às “de menino” ou “de menina”. No mesmo sentido, a família e a escola são as principais esferas onde ocorrem discriminações, sendo que grande parte das memórias marcantes na amostra são referentes a violências explícitas feitas pelos familiares e cuidadores próximos ainda no período da infância. Além disso, há uma correlação alta entre impactos negativos na autopercepção e autoaceitação com um histórico de discursos religiosos transfóbicos – sobretudo oriundo de católicos e evangélicos.

Na amostra, há uma maior facilidade em descobrir, aceitar e afirmar a sexualidade em contrapartida ao gênero, além de existirem imposições cisnormativas na transgeneridade, resultantes de imposições tanto de dentro da comunidade trans como de fora. Nesse sentido, a transição, performatividade e o uso ou não de hormônios ganham diversos significados sociais, o que é um debate ainda necessário de ser realizado.

Assim como já apontado pela literatura, grande parte da população trans apresenta prejuízos na saúde mental, com maior prevalência de sofrimentos psíquicos, suicídio e doenças mentais quando comparada com o resto da comunidade. Fatores como conhecer, estudar e se relacionar direta e indiretamente com a população trans se mostrou como um fator transformador, terapêutico e de impactos positivos na autopercepção e saúde mental, da mesma forma que uma rede de apoio sólida e figuras positivas de identificação são importantes para a qualidade de vida e bem-estar das pessoas trans.

Com pesar, porém sem surpresa, é possível responder a Preciado que quem protege as crianças queer no Brasil é uma minoria de pessoas que fogem da reprodução alienada de violências contra o outro por ser quem se é. Por isso, pensar na interseccionalidade e em práticas emancipatórias faz-se necessário.

Ações concretas podem ser tomadas no meio legal, escolar e político, a fim de combater ativamente a transfobia. Vários caminhos são possíveis. A permissão da adoção do nome social em qualquer ambiente por menores de idade sem a autorização dos responsáveis, é não só uma prática emancipatória, como também um direito dessas crianças e adolescentes.

Da mesma forma, desnaturalizar violências e desigualdades, possibilita a união de diferentes grupos marginalizados contra o mesmo sistema opressor. É preciso que todas as áreas do saber adotem uma postura política em suas produções, partindo de um olhar crítico e não naturalizante frente aos fenômenos sociais e históricos.

Novos estudos sobre infâncias e adolescências trans devem ser realizados, diminuindo a carência atual dessas produções. Estamos em um cenário em que não só ações anti-transfobia ainda são escassas, mas também onde a própria chance de debatê-la também são estreitas.

Que possamos falar sobre a população trans sem caracterizá-la como abjeta, patologia ou pecado. A transfobia pode e deve ser combatida através do ativismo social, da organização comunitária e do engajamento político. As desigualdades e violências raciais, de classe e de gênero não somente se cruzam, mas também se fundem em uma mesma raiz opressora. Portanto, esta é uma luta coletiva, onde todos devem adotar práticas combativas. Uma vez tendo conhecimento sobre o cenário explorado aqui, torna-se intolerável não atuar sobre essa realidade como se a cumplicidade não fosse tão grave quanto o próprio crime.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Livros técnicos e científicos editora, 1981.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales : DSM-5. Editorial Médica Panamericana, 2014.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico. Brasil: Antra, 2023.

“A transfobia adocece e mata. Temos que nos comprometer com a vida’, diz conselheiro de saúde no dia nacional da visibilidade trans.” Conselho Nacional de Saúde do Governo Federal, 2022. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)** – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENJAMIN, H. **The Transsexual Phenomenon**. Düsseldorf: Symposium Publishing, 1966.

BENTO, Berenice. **O que é a transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. EdUFBA, 2017.

BERNARDO, Juliana Matos Ferreira et al. Incidência de agravos à saúde mental na comunidade LGBTQIA+. **SEMPESq-Semana de Pesquisa da Unit- Alagoas**, n. 8, 2020.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 105-121, 2018.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**.

Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 19, p. 95-126, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRITTO, Fernanda Lacerda Chagas; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira. Corpos que não importam: uma análise dos homicídios por transfobia no Brasil após as recomendações emitidas pela comissão interamericana de direitos humanos de 2015 a 2020. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 8, n. 3, p. 139-152, 2021.

CAPUTO, Ubirajara de None. **Geni e os direitos humanos**: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 27, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Maria Ivone Marchi; VANIN, Maria Regina Corrêa Lopes. O reencontro com a identidade de gênero: contribuições da visão sistêmica novo-paradigmática e do psicodrama infantil. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, p. 175-185, 2005.

COSTA NOVO, Arthur Leonardo. “Mãe, Maria nunca existiu! Me chama de João?” Uma análise etnográfica das relações de família e medicalização nas experiências de “crianças trans”. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, p. 317-349, 2021.

COSTA-VAL, Alexandre; GUERRA, Andréa. Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. **Saúde e Sociedade**, v. 28, p. 121-134, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DE OLIVEIRA PREU, Roberto; BRITO, Carolina Franco. Patologização da Transexualidade: Uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**, v. 19, n. 2, p. 134-154, 2019.

DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. Por uma história dos afetos no presente: Narrativas de mulheres trans/travestis sobre o direito de amar. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 72, p. 228-256, 2021.

DE SOUZA, Edson Jordan Mendes; FIGUEIREDO, Francielle da Conceição Drumond. A (in) aplicabilidade da qualificadora do feminicídio e da Lei Maria da Penha às mulheres transexuais. **Revista de Ciências do Estado**, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2021.

DENARDIN, Jaqueline Angelo dos Santos. O discurso televisivo e o sujeito transexual: sentidos e silenciamentos na mídia. Tese (Mestrado em Letras). Paraná, p. 135. 2019.

DRESCHER, Jack; COHEN-KETTENIS, Peggy T.; REED, Geoffrey M. Gender incongruence of childhood in the ICD-11: controversies, proposal, and rationale. **The Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 3, p. 297-304, 2016.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, Juventude e crise**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2ª Edição, 1987.

FAZZIONI, Mateus Junior; MARQUES, Laís Jacques. A infração das leis e da cisheteronormatividade: infâncias, cercamentos e privações de liberdade. **Revista Estudos Libertários**, v. 4, n. 10, p. 67-87, 2022.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France,

pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a sexualidade infantil**. S. Freud, Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1905.

GABALDÓN, Sabel. La transexualidad medicalizada: una mirada ética. **Bioética & debat**: tribuna abierta del Institut Borja de Bioètica, v. 22, n. 79, p. 3-8, 2016.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 3ª Edição, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GREGORI, Juciane de; LUCENA, Marcela. **Entre o casulo e a borboleta**: olhares acerca da transfobia nas relações afetivas. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPB, João Pessoa, 2019.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia (Social Representations and Ideology). **Revista de Ciências Humanas**, p. 33-46, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Editora 34, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 10**: A Angústia. Tradução de Mônica Elia e Célio Garcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MARANHÃO FILHO, Eduardo; DE FRANCO, Clarissa. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 8 jul. 2019.

MARCOS, Cristina Moreira; DA SILVA MOREIRA, Euza Aparecida. Breve percurso

histórico acerca da transexualidade. **Psicologia em revista**, v. 25, n. 2, p. 593-609, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **cadernos pagu**, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Editora Zahar, 2020.

REGO, Yordanna Lara Pereira. Reflexões sobre afronecrotransfobia: políticas de extermínio na periferia. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 16, p. 167-181, 2019.

RODRIGUES, Cristiano. Feminismo negro e interseccionalidade: práxis política e a consolidação de um pensamento sociopolítico para além das margens. **Feminismos em tede**, p. 93-110, 2019.

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **Emílio ou Da Educação**. R. T. Bertrand Brasil, 1995.

DE OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro. Maria/Pedro: um estudo sobre vivências, identificações e variações de gênero no período da infância. **Revista Brasileira de Sociologia**, 2018.

SALVADOR, Nayara Cunha; OLIVEIRA, Anderson José de; FRANCO, Neil. Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans: algumas reflexões necessárias. **Revista de Educação Pública**, v. 30, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Fran Lima; SANCEVERINO, Adriana Regina. O ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. **Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil**, v. 2, 2022.

SANTOS, Manoel Antônio dos et al. Impacto psicossocial da pandemia de COVID-19 na saúde mental de pessoas transexuais e travestis: revisão integrativa. **Psico-USF**, v. 28, p. 579-598, 2023.

SUESS-SCHWEND, Amets. Gender diversity in childhood: a human right. **Archives of Sexual Behavior**, v. 46, n. 8, p. 2519-2520, 2017.

ANEXO

A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

CONVITE

Você está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa autorizada pela PUC-SP. A identificação da pesquisa, da pesquisadora e de sua orientadora estão descritas abaixo.

Leia atentamente o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** a seguir. Se você estiver de acordo, inteiramente esclarecida, e se dispuser voluntariamente a participar, agradeceremos por sua importante colaboração.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Título da Pesquisa: Memórias de infâncias trans: reflexões à luz da necropolítica e interseccionalidade

Objetivo Geral: O objetivo deste projeto de pesquisa é analisar como se dá o imaginário científico e social acerca da infância e crianças queer, identificando e historicizando instituições sociopolíticas responsáveis pela produção e manutenção da necropolítica, caracterizando os modos de operação da gestão de morte (física e simbólica) de dissidentes sexuais e de gênero, descrevendo a relação entre necropolítica e corpos queer à luz da interseccionalidade. Para tanto, além da literatura disponível, se sustentará nas experiências de transexuais de todo o Brasil.

Objetivos Específicos: Relacionar e descrever, de maneira interseccional, como a necropolítica queer opera, compreendendo de qual maneira afeta corpos de crianças LGBTQIA+ no Brasil e o entendimento que se tem sobre elas.

Aluna Pesquisadora: Pietra Vignotto da Cunha

Pesquisadora Responsável e Orientadora da Pesquisa: Flavia Arantes Hime

FORMA DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Estou ciente de que a minha participação nesta pesquisa será por meio de um formulário online feito pela plataforma Google Forms. Caso deseje e seja convocado(a/e), concordo também em participar de uma entrevista realizada de maneira online. A entrevista terá duração média de uma hora com garantia de privacidade e sigilo das informações prestadas à pesquisadora.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Fui esclarecido(a/e) de que esta pesquisa espera alcançar, com seus resultados, benefícios para os seres humanos, a comunidade e a sociedade. Estou ciente de que é possível que ocorram alguns desconfortos ou riscos para mim, como estar diante de questões que eu não saiba responder, ou acerca das quais eu não tenha conhecimento suficiente ou aprofundado. Estou ciente de que a pesquisadora fará o possível para reduzir esses desconfortos, principalmente mediante a disponibilização prévia de todos os esclarecimentos necessários além de cuidados éticos. Também não serei privado(a/e) nem limitado em qualquer dos meus direitos, nem intimidado(a/e) a qualquer tipo de participação com a qual eu não concorde.

SIGILO E PRIVACIDADE

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, que meu nome ou qualquer outro dado que possa, de alguma forma, me identificar, assim como os referentes às pessoas que porventura eu citar, será mantido em sigilo pela pesquisadora, que se responsabilizará pela guarda dos dados, bem como pela não exposição das fontes dos dados da pesquisa. Os resultados desta pesquisa poderão ser publicados, porém sem a identificação dos participantes.

AUTONOMIA

Estou ciente de que terei toda a assistência necessária durante a pesquisa, bem como me será garantido o livre acesso a todas as informações e/ou esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa e tudo mais que eu queira saber, antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado(a/e) de que posso me recusar a participar da pesquisa, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar me justificar, e que, se eu me retirar da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

RESSARCIMENTO

Estou ciente de que a pesquisa não envolve nenhuma ajuda de custo aos participantes.

CONTATO

Estou ciente de que a Pesquisadora Responsável por este projeto é a Prof.^a Dr.^a Flavia Arantes Hime, e com ela poderei manter contato a qualquer momento pelo telefone (11) 3670-8320, ou pelo e-mail fahime@pucsp.br. Estou ciente de que o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP é composto por profissionais qualificados daquela universidade, que trabalham para garantir que meus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados, avaliando se a pesquisa foi planejada e está sendo executada de forma ética. Se eu achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como imaginei, ou estiver sendo prejudicado de alguma forma, poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, à Rua Ministro Godói, 969, Térreo, Sala 63C, Perdizes, São Paulo/SP, CEP 05015-001, Tel. (11) 3670-8466, e-mail cometica@pucsp.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que tive a oportunidade de discutir e esclarecer todas as informações deste termo com a pesquisadora. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pela pesquisadora.

Dessa forma, manifesto meu **consentimento livre e esclarecido** em participar voluntariamente da pesquisa **Memórias de infâncias trans: reflexões à luz da necropolítica e interseccionalidade**, conduzida pela equipe composta por Pietra Vignotto da Cunha e Flavia Arantes Hime, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor financeiro a receber ou a pagar por minha participação.

São Paulo, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do(a/e) participante

Assinatura da aluna-pesquisadora

Prof.^a Dr.^a Flavia Arantes Hime
Responsável pela pesquisa

**ANEXO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(VERSÃO SIMPLIFICADA – VEICULAÇÃO ONLINE)**

Você está sendo convidado(a) para participar do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo realizado pela graduanda Pietra Vignotto sob orientação da Dra. Flávia Hime, ambas do curso de Psicologia da PUC-SP.

Essa pesquisa tem como objetivo compreender a realidade de pessoas trans no Brasil, sobretudo sobre suas experiências e memórias referentes ao período da infância e adolescência. Portanto, esse formulário é dedicado exclusivamente a quem se identifica como pessoa trans, travesti, não-binário, intersexo ou genderqueer. Ainda, apenas maiores de 18 anos podem respondê-lo, obedecendo assim os critérios éticos da pesquisa. Todas as informações serão mantidas em sigilo e a identidade de nenhum participante será exposta.

Contato: pietravignotto@gmail.com

"Eu fui informado(a/e) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. Todos os critérios éticos foram comunicados, de modo que as informações fornecidas serão mantidas em confidencialidade e somente as pesquisadoras envolvidas terão acesso. Ao clicar no botão abaixo, concordo em participar da pesquisa nos termos deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)."

() Li, estou de acordo e desejo continuar.

APÊNDICE

A. Instrumento (Formulário Online)

Memórias de infâncias trans: reflexões à luz da necropolítica e interseccionalidade

Você está sendo convidado(a) para participar do Trabalho de Conclusão de Curso que está sendo realizado pela graduanda Pietra Vignotto sob orientação da Profª Dra. Flávia Hime, ambas do curso de Psicologia da PUC-SP.

Essa pesquisa tem como objetivo compreender a realidade de pessoas trans no Brasil, sobretudo sobre suas experiências e memórias referentes ao período da infância e adolescência. Portanto, esse formulário é dedicado exclusivamente a quem se identifica como pessoa trans, travesti, não-binário, intersexo ou genderqueer. Ainda, apenas maiores de 18 anos podem respondê-lo, obedecendo assim os critérios éticos da pesquisa. Todas as informações serão mantidas em sigilo e a identidade de nenhum participante será exposta.

Contato: pietravignottox@gmail.com

* Indica uma pergunta obrigatória

1. "Eu fui informado(a) dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. Todos os critérios éticos foram comunicados, de modo que as informações fornecidas serão mantidas em confidencialidade e somente as pesquisadoras envolvidas terão acesso. Ao clicar no botão abaixo, concordo em participar da pesquisa nos termos deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)." *

Marcar apenas uma oval.

Li, estou de acordo e desejo continuar.

Identificação

2. Você se identifica como: *

Marcar apenas uma oval.

- Mulher Trans
- Homem Trans
- Não Binário
- Travesti
- Intersexo
- Genderqueer

3. Qual a sua autodeclaração racial? *

Marcar apenas uma oval.

- Preto
- Pardo
- Branco
- Indígena
- Amarelo

4. Mora em qual região do Brasil? *

Marcar apenas uma oval.

- Norte
- Nordeste
- Centro-Oeste
- Sudeste
- Sul

5. Qual a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

18 - 22

23 - 27

28 - 35

35 - 50

50 - 60

60 +

6. Qual a sua orientação sexual? *

Marcar apenas uma oval.

Lésbica

Gay

Bissexual

Heterossexual

Assexual

Outro

7. Qual a sua escolaridade? Marque a alternativa referente ao nível mais recente concluído. *

Marcar apenas uma oval.

Ensino fundamental I

Ensino fundamental II

Ensino médio

Ensino superior

Pós Graduação

Não possuo nenhum grau de escolaridade

8. Trabalha atualmente? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, formalmente (com registro)
- Sim, informalmente (sem registro)
- Não

9. Sabendo que o salário mínimo está R\$1.320, informe sua renda PER CAPITA, ou * seja, a renda total familiar dividida pelo número de pessoas da casa. Por exemplo: se você mora com sua mãe e um irmão (total de 3 pessoas) e ao todo recebem R\$3.000, então divida esse valor por 3, que irá corresponder a alternativa "De 0,5 a 1 salário mínimo".

Marcar apenas uma oval.

- Eu/Minha família não possuímos renda
- Até 0,5 salário mínimo (Até R\$660)
- De 0,5 a 1 salário mínimo (Entre R\$661 a R\$1.320)
- De 1 a 1,5 salário mínimo (Entre R\$ 1.321 a R\$1.980)
- De 1,5 a 3 salários mínimos (Entre R\$1.981 a R\$3960)
- De 3 a 5 salários mínimos (Entre R\$3.961 a R\$6.600)
- Mais do que 5 salários mínimos (Mais do que R\$6.600)
- Não desejo informar

10. Com quantos anos começou a se perceber como uma pessoa trans? *

Marcar apenas uma oval.

- 0 - 5
- 6 - 10
- 11 - 15
- 16 - 18
- 19 - 24
- 24 +

11. Conte sobre como foi para você o processo de se perceber trans. *

12. Com quantos anos afirmou para alguém (pode ser da família, amigo, bairro ou outros) a identidade trans pela primeira vez? *

Marcar apenas uma oval.

- 0 - 5
- 6 - 10
- 11 - 15
- 16 - 18
- 19 - 24
- 25 - 35
- 35 +
- Não me afirmei para ninguém.

13. Durante sua infância e adolescência, sua família falava sobre transexualidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, tratavam como algo normal, sem preconceitos
- Sim, mas tratavam como algo negativo, com preconceitos
- Não, pois não tinham conhecimento sobre a transexualidade
- Não, era um assunto "tabu"

14. Em sua maioria, seus cuidadores e familiares tinham opiniões e posicionamentos considerados conservadores durante a sua criação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, muito
- Sim, pouco
- Mais ou menos
- Não, eram mais liberais

15. Já sentiu ou sente que está em maior risco de vida por ser trans? Ou seja, exclusivamente por conta da identidade de gênero. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, pouco
- Sim, moderadamente
- Sim, fortemente
- Não, nunca

16. Sofreu alguma discriminação ao longo do processo? Por exemplo: rejeição, ofensas ou agressões. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

17. Se sim, assinale em quais esferas essas discriminações ocorreram. Pode ser mais de um, caso se aplique a sua história.

Marque todas que se aplicam.

- Família
- Amigos
- Escola
- Igreja
- Hospital
- Local público
- Trabalho
- Transporte

18. Teve apoio de alguma rede/esfera importante? Se sim, assinale em quais, lembrando que pode ser mais de um, caso se aplique a sua história. *

Marque todas que se aplicam.

- Família
- Amigos
- Escola
- Igreja
- Hospital / Instituição de saúde
- Trabalho
- ONGs
- Outro
- Não tive nenhum apoio

19. Sente que alguma dessas áreas foi afetada negativamente por conta da sua identidade trans? Se sim, marque quais: *

Marque todas que se aplicam.

- Relacionamentos amorosos
 - Amizades
 - Autoconfiança
 - Estima/Valorização social
 - Autorrespeito
 - Participação ativa na vida social
 - Autoestima
 - Saúde mental
 - Nada disso foi afetado negativamente
20. Sabendo que o objetivo da pesquisa é analisar principalmente as memórias de infâncias e adolescências trans, existe algo relevante em sua história que gostaria de contar sobre esse período? E sobre a vida adulta? Fique a vontade para relatar qualquer experiência que teve ao longo da vida.

21. Caso queira, deixe alguma opinião, sugestão ou crítica à pesquisa.

Parte 2

22. Gostaria muito de conhecer a sua história de um modo mais aprofundado do que este formulário. Caso você aceite compartilhar e responder mais algumas perguntas, deixe abaixo seu nome e um número ou email para contato. Assim, na segunda parte deste estudo mandarei mensagem para marcarmos uma breve entrevista online (que será feita da melhor forma para ambas).

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários